

ATA N.º 9/2022

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2022:

No dia dezanove de abril de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta e três minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Paulo Jorge Farinha Bandola, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

Através do edital nº 68/DAFRH-DAAG/2022 foi, nos termos do n.º 3 do artigo 1º do Regimento da Câmara Municipal, e de harmonia com a alínea m) do n.º 1 do artigo 35º, conjugado com o n.º 4 do artigo 40º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, antecipada a data da reunião ordinária da Câmara Municipal de Palmela do dia 20 para o dia 19 de abril, às 09.30 horas, a ter lugar no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, e dada a indisponibilidade formalmente demonstrada pelos/as cidadãos/ãs na ordem de precedência da lista, foi convocado, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Paulo Jorge Farinha Bandola. (Anexos a esta ata como documento n.º 1).

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doação

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 4 – Prestação de Contas 2021

PONTO 5 – Desafetação do domínio privado municipal e afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno no loteamento L-11/99

PONTO 6 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária

PONTO 7 – Transferência financeira para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas no âmbito da delegação de competências na área da educação

PONTO 8 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELO PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –

Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 04.04.2022 a 13.04.2022.

ATOS PRATICADOS PELA VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 04.04.2022 a 12.04.2022.

ATOS PRATICADOS PELA VEREADORA FERNANDA PÉSINHO E DIRETORA DO DEPARTAMENTO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas e aquisição de serviços:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, e Diretora do Departamento de Obras,

Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas e aquisição de serviços, no período compreendido entre 05.04.2022 a 18.04.2022.

ATOS PRATICADOS PELA VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Águas e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Águas e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 15.03.2022 a 05.04.2022.

DESPACHOS EMITIDOS PELO PRESIDENTE E DIRETOR DO DEPARTAMENTO, POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pelos Srs. Presidente, Álvaro Balseiro Amaro; e Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 05.04.2022 a 18.04.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.04.2022 a 18.04.2022, no valor de 2.530.864,31 € (dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e quatro euros, e trinta e um cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18.04.2022, apresenta um saldo de 16.547.416,83 € (dezasseis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezasseis euros, e oitenta e três cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 14.513.022,98 € (catorze milhões, quinhentos e treze mil, vinte e dois euros, e noventa e oito cêntimos);

- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.034.393,85 € (dois milhões, trinta e quatro mil, trezentos e noventa e três euros, e oitenta e cinco centimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (25 de Abril e 1º de Maio) – dos/as Eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (Comemoração do 15 de Abril e Celebração do 1º de Maio) – dos Eleitos do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- . **Saudação** (25 de Abril, 48 anos de Liberdade) – do Eleito do MCCP.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente apresenta a saudação que se transcreve:

- . **Saudação** (25 de Abril e 1º de Maio) – dos/as Eleitos/as da CDU.

"A memória da madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974 continua viva e vibrante nos corações de quem a testemunhou e experienciou, e constitui um pilar indelével de esperança e coragem que alterou, radicalmente, o rumo da nossa História – e percebemos, à medida que o tempo passa, novos ecos do seu impacto na Europa e no Mundo.

Não obstante, a distância que nos separa, já, desses tempos de enorme mudança, entusiasmo e construção coletiva dificulta a transmissão da mensagem a quem não os viveu. Quase meio século depois, como demonstrar às crianças e jovens que o conjunto de direitos e oportunidades que, hoje, consideram inalienáveis, não existiam ou não estavam ao alcance dos seus avós? Como consciencializar para a extrema importância de exercer e valorizar direitos como o voto, a educação, a participação ou a liberdade de expressão, conquistas, ainda hoje, arredadas de tantos pontos do globo? Como dar a conhecer ou recordar a profunda transformação operada no país e em cada localidade, num tempo em que tudo estava por fazer?

Celebrar, hoje, o aniversário do 25 de Abril de 1974 deve ser mais do que memória e saudade. O desafio reside em fazê-lo presente e tangível, no mundo atual, em defender o conjunto de lutas, valores e conquistas que os homens e as mulheres souberam sonhar e concretizar no Portugal de então, e em pugnar pelo conjunto de direitos constitucionais que continuam por

cumprir. É essencial, também, celebrar, de forma ampla e condigna, o 1.º de Maio, dando visibilidade aos problemas, lutas e reivindicações das/os trabalhadoras/es, que produzem riqueza e continuam a ser subvalorizadas/os.

O contexto em que assinalamos mais um Dia da Liberdade é marcado pelo aumento generalizado do custo de vida, a cada dia e de forma volátil. Por sua vez, os salários e as pensões não conseguem acompanhar a inflação e a carga fiscal. O Orçamento de Estado para 2022 concentra-se na redução do défice, transfere para trabalhadoras/es, reformadas/os e micro, pequenas e médias empresas os custos do aumento de bens e serviços, que continuam por regular, e deixa por resolver problemas estruturais do país, em áreas como a saúde, a habitação, a soberania alimentar, o ambiente ou as infraestruturas essenciais ao desenvolvimento do país (variantes, bases logísticas, ferrovia, aeroportos, entre outras).

No que respeita a cenários macro, é difícil olhar para o mundo sem sentir que estamos perante um teste para revisão da matéria dada: os fantasmas da primeira e, em particular, da segunda guerra mundial, do holocausto, da “guerra fria” e da ameaça nuclear, das migrações em massa, das ditaduras militares e do ultranacionalismo regressam para nos assombrar e juntam-se a novas ameaças, como as alterações climáticas ou o cibercrime. Qualquer resposta errada poderá conduzir-nos a um ponto sem retorno, e o desinteresse não pode ser opção.

Ao fim de dois anos de pandemia, que nos tolheram e fragilizaram, e com uma nova guerra da Europa, a esperança desgasta-se, mas é nos momentos mais difíceis que encontramos motivação para lutar e fazer melhor. A Revolução dos Cravos mostrou ao mundo que a mudança não precisa de ser sangrenta e não é por acaso que a “Grândola Vila Morena” foi, já, apropriada por tantos povos e tantas causas. A Paz, a Liberdade, a Democracia e o respeito pelos Direitos Humanos são linguagens universais, que falam a todos os corações e devem estar ao alcance de todas as pessoas.

Por tudo o que o 25 de Abril foi e é - e por tudo o que necessitamos, ainda, que seja - a caminhada que fizemos até 2024 (altura em que se assinala meio século da Revolução) terá de ser marcante e ir muito além da evocação. Em conjunto, temos a responsabilidade de cumprir Abril e de continuar a acrescentar-lhe valor. O Município está, já, a trabalhar neste objetivo e apresentará, brevemente, a composição da Comissão de Honra das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, que terá como missão aprofundar a reflexão sobre o tema e envolver toda a cidadania no processo.

Reunida a 19 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o 25 de Abril e o 1.º de Maio, os Militares de Abril e a luta antifascista, e repudia visões revisionistas da História e o recrudescimento de movimentos fascistas. Saúda, também, quem contribuiu para a concretização das conquistas de Abril e quem luta e trabalha, ainda hoje, para as manter e aprofundar - em particular, no Concelho de Palmela - e convida à participação ativa e cidadã no diversificado programa comemorativo, que terá lugar em todas as freguesias.”

O **Sr. Vereador Paulo Bandola** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Comemoração do 25 de Abril e Celebração do 1º de Maio) – dos Eleitos do PS.

"Comemoramos o 48º aniversário da ação histórica dos capitães do MFA, comemoramos a luta dos milhares democratas que durante anos se viram reprimidos, presos e exilados. Foi esta conjugação que fez daquela madrugada o início de dias de Liberdade e de um futuro diferente.

Porque nunca nos conseguiram calar, porque os outros tiveram medo e tu não, Portugal e os portugueses renasceram, em 25 de abril, da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão. Era esta a madrugada que muitos esperavam, como escreveu a poetisa Sofia de Melo Breyner Andresen

"esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substâncias do tempo"

O povo saiu para a rua, era ele que mais ordenava, em cada esquina um amigo, nos rostos misturavam-se lágrimas de alegria com sorrisos de liberdade e todos em uníssono gritavam "O Povo unido jamais seria vencido". Saíram das bocas gritos livres de vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e por uma maior justiça social. Saudaram-se os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro.

Saudamos hoje e sempre a luta política preconizada e protagonizada por muitos homens e mulheres, trabalhadores, estudantes, intelectuais que durante os 48 anos de ditadura se entregaram, na clandestinidade, na prisão, no exílio, muitos com a sua própria vida, à luta contra aqueles que nos faziam viver em servidão.

Nesse dia a democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação.

A Revolução dos Cravos permitiu iniciar a construção dos pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária. Vivemos hoje melhor, embora com muito caminho para andar e esse é o maior desafio da democracia e dos democratas, venham mais cinco, venham todas e todos, não podemos desistir, não podemos ceder.

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, do género ou classe social; construiu-se um serviço nacional de saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias.

Vivemos tempos conturbados, a pandemia, a instabilidade no emprego jovem, os baixos salários, o aparecimento de novas formas de trabalhar, uma crise humana que cria milhares de refugiados, de milhares de mortes, devido a uma invasão ilegal do território da Ucrânia pela Rússia. A guerra está mais uma vez na Europa, numa Europa que se quer de Paz, de Liberdade, Democrata e Fraterna, em que novos e importantes desafios se nos põem e para os quais são necessárias novas capacidades de decisão e de inovação, novos conhecimentos e maior abertura para a mudança.

Estamos em tempos em que a mentira, repetida e divulgada, é uma das formas mais perigosas para a implementação do populismo extremista e que corrói o edifício da democracia e que pela exploração dos mais frágeis provoca neles o medo e a insegurança.

O 25 de Abril tem de continuar a ser de festa. Não podemos perder a utopia que nos acompanhou durante os primeiros anos de liberdade, e que deverá persistir, porque, e citando Eugénio de Andrade, "o mundo é conduzido por loucos e ambiciosos, que só têm em mira o êxito e o lucro, estão-se nas tintas para as preocupações dos poetas, que são, como toda a gente sabe, seres da utopia, essa utopia sem a qual não há progresso."

As portuguesas e os portugueses são um povo que quer continuar a construir e a aprofundar um futuro melhor e a melhorar os seus direitos.

Palmela é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam. É um concelho do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, de dezenas de associações, clubes e coletividades desenvolvem atividade notável.

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena!

Palmela é também um concelho de gente trabalhadora. E por isso, esta é também a altura para celebrar o 1º de Maio, que mais do que um dia para comemorar, é acima de tudo, um momento para relembrar a importância do mundo do trabalho e dos direitos essenciais para os trabalhadores e para as trabalhadoras, como melhores salários e melhores condições de trabalho, relembrando a importância de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Apesar da evolução positiva das últimas décadas no que toca aos direitos de quem trabalha, continuamos a estar ainda longe da média europeia em termos salariais.

Para não falarmos de situações gritantes emergentes no contexto laboral, e que o recurso massivo do regime de Teletrabalho veio agravar.

Bem sabemos que o mundo atravessa, a todos os níveis, os efeitos nefastos de uma pandemia e de uma guerra, e que isso terá repercussões ainda mais gravosas na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por tudo isto, este é o momento atual de saudarmos ainda com mais força o 1º de Maio, o Dia Internacional do Trabalhador, e de simbolicamente demonstrar a importância de salvaguardar a manutenção dos direitos e garantias essenciais dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas, e dos trabalhadores e trabalhadoras deste concelho em particular.

Saudemos então o 1º de Maio, com a esperança de que a luta daqueles e daquelas que nos antecederam, mantenha viva a importância dos direitos, deveres, liberdades e garantias dos homens e das mulheres que trabalham, reconhecendo a necessidade de criar condições condignas de trabalho para todos e para todas

Viva o 25 de Abril

25 de Abril Sempre!

Viva o 1º de Maio!

Viva os Trabalhadores e as Trabalhadoras do Concelho de Palmela!”

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (25 de Abril, 48 anos de Liberdade) – do Eleito do MCCP.

“Aconselharam-me a que na minha intervenção no aniversário da revolução do 25 de Abril, escrevesse “fora da caixa” e evitasse falar daquela madrugada de 1974, pois as pessoas já estavam “cansadas”.

Mas eu não posso, nem quero, ignorar aquele dia que nos trouxe a liberdade e a possibilidade de darmos as nossas opiniões, sobre qualquer assunto, sem ter que olhar para o lado, não fosse um PIDE, ou um “bufo” estar-nos a ouvir!

Na verdade, já passaram 48 anos e felizmente continuamos em democracia. Mas olhando ao que se passa por esse Mundo fora e mesmo na velha Europa, incluindo Portugal, quando vemos os extremismos populistas a crescer, apenas podemos tirar uma conclusão: a democracia não é uma realidade adquirida para todo o sempre, tem que ser alimentada, tem que ser regada como uma qualquer flor, por exemplo um cravo! Deixem-me citar, mais uma vez Winston Churchill: “a democracia é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros”.

A democracia enquanto sistema político é levada à prática por homens e mulheres, que infelizmente ainda estão muito longe da perfeição, daí os problemas que vemos todos os dias acontecer, mesmo nos países com sistemas democráticos, como Portugal. É a pobreza, é a corrupção, é o elevado grau de iliteracia, é o desencanto com a política, de que os elevados graus de abstenção em atos eleitorais são um exemplo, são as desigualdades sociais, apenas para dar alguns exemplos.

Estas são algumas das razões pelas quais tenho e quero sempre lembrar-me e honrar a memória de todos aqueles que lutaram, sofreram e muitos morreram, para que todos nós pudéssemos estar aqui e agora a falar livremente.

Cabe-nos a todos nós, nomeadamente aqueles que rejubilaram naqueles primeiros dias de libertação, passar a palavra aos mais novos, da necessidade de continuarmos este caminho de contínua construção da democracia.

Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade!”

Em relação às três saudações antes mencionadas, intervém:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que lamenta não ter trazido nenhum texto escrito porque motivos da sua vida pessoal impediram-no de o fazer e pede permissão aos senhores vereadores, no sentido de se associar aos textos que foram apresentados, não só de saudação ao 25 de Abril que, entre outras coisas permite a todos estarem aqui presentes, eleitos democraticamente com a participação do povo, que desejava que tivesse sido maior porque tal só engrandece a democracia e dá maior responsabilidade no exercício dos mandatos, estando presente em democracia e em liberdade, podendo dizer o que se pensa livremente e sem que haja qualquer impedimento mesmo não concordando com o que o outro disse, isso é uma das vitaminas da democracia, poder dizer aquilo que se quer, mesmo que não existe acordo de todos mas defendendo arregaadamente pontos de vista e depois é maioria quem fizer vencer o seu ponto de vista e levá-lo para a frente. Refere ainda o Sr. Vereador que juntando-se às saudações, as irá votar favoravelmente. Associa-se também ao invocado nas saudações quanto ao 1.º de Maio, à luta de há muitos anos dos trabalhadores, e principalmente, recorda que aquilo que foi o 1.º de Maio e as lutas tradicionais do 1.º de Maio estão a ser substituídas por outras, não que essas conquistas que se queriam já tenham todas sido feitas, mas há cada vez mais novos desafios aos trabalhadores, aos patrões e aos decisores políticos relativamente a novos desafios no mercado de trabalho, relacionadas com novas questões de substituição do homem pela máquina e pela inteligência artificial e também das novas formas de trabalho que se deve refletir quando se fala do 1º de Maio, quando se fala de trabalhadores. Refere que se junta com gosto às saudações.

Submetida a votação a saudação (25 de Abril e 1º de Maio) – dos/as Eleitos/as da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Comemoração do 25 de Abril e Celebração do 1º de Maio) – dos Eleitos do PS, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (25 de Abril, 48 anos de Liberdade), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, mais quatro saudações:

. Saudação (Rafael Chambel).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Ricardo Pires).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (João Taniça Cruz).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Pedro Fernandes Manito).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A Sra. Vereadora Maria João Camolas apresenta as seguintes saudações:

. Saudação (Rafael Chambel).

"O judoca Rafael Chambel, do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Sub23, na categoria -66kg, no Campeonato Nacional de Sub23 2022, que se realizou no dia 16 de abril em Cernache, Coimbra.

Rafael Chambel dá continuidade às excelentes prestações que lhe têm valido a conquista de diversos títulos nacionais, bem como a chamada à seleção nacional de Judo para representar Portugal em competições internacionais.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Rafael Chambel pelo título de Campeão Nacional, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho."

. Saudação (Ricardo Pires).

"O judoca Ricardo Pires, do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Vice-Campeão Nacional de Sub23, na categoria -66kg, no Campeonato Nacional de Sub23 2022, que se realizou no dia 16 de abril em Cernache, Coimbra.

Ricardo Pires dá continuidade às excelentes prestações, depois de ter alcançado o título de campeão nacional de juniores no passado mês de março.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Ricardo Pires pelo resultado alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

. **Saudação** (João Taniça Cruz).

“João Cruz, nadador da Palmela Desporto, EM, bateu dois recordes nacionais, nos 100m e 200m, categoria S12, no VIII Torneio de Natação Adaptada Cidade do Porto, que se realizou nos dias 9 e 10 de abril de 2022, no Complexo de Piscinas da Campanhã, Porto.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o nadador João Cruz pelos resultados alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

. **Saudação** (Pedro Fernandes Manito).

“Pedro Manito, nadador da Palmela Desporto, EM, bateu dois recordes nacionais, nos 1500m e 800m, categoria S17, no VIII Torneio de Natação Adaptada Cidade do Porto, que se realizou nos dias 9 e 10 de abril de 2022, no Complexo de Piscinas da Campanhã, Porto.

Reunida em Palmela, a 19 de abril, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o nadador Pedro Manito pelos resultados alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho.”

Submetida a votação a saudação (Rafael Chambel), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Ricardo Pires), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (João Taniça Cruz), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a saudação (Pedro Fernandes Manito), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **25ª Edição da Mostra de Vinhos de Fernando Pó** – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que traz uma boa notícia: o regresso da mostra de vinhos de Fernando Pó nos próximos dias 29 e 30 de Abril e 1 de Maio. Após uma pausa forçada nos últimos anos, vai realizar-se a 25.ª edição deste importante certame. A mostra mantém o pavilhão das provas onde os apreciadores podem conhecer os vinhos em prova livre e que são o coração deste evento. O programa tem várias novidades, mas sublinha apenas duas: uma, em parceria com a rota de vinhos da Península de Setúbal, a mostra oferece no dia 30 de Abril um passeio automóvel

guiado com passagem por algumas adegas, onde os visitantes/turistas vão ter a oportunidade de conhecer alguns vinhos e degustar ao almoço a sopa caramela no final do passeio. No dia seguinte, com a organização da BioTrail será possível realizar um percurso pedestre pelos jardins de vinhos, um percurso em vinhas na área da região de Setúbal. Recorda por último que este evento é organizado pela Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó e conta com o apoio do Município de Palmela, no quadro da dinamização e valorização do enoturismo, da produção vitivinícola e do território da União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

. Enoturismo: Aprovação de candidatura «Um mosaico de experiências» – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que o Município de Palmela viu aprovada, através da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, a candidatura “Mosaico de Experiências”. Uma candidatura promovida pela ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal - que tem como parceiros a Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo, a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e a Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo. Esta candidatura visa o desenvolvimento de um projeto de cooperação interterritorial que permitirá valorizar e consolidar o tecido económico e social dos territórios rurais que a compõem promovendo a troca de experiências e conhecimento na área do enoturismo. Refere que esta candidatura tem subjacente um conjunto de investimentos de qualificação da oferta enoturística, a integração do território de Palmela e neste caso também da região de Setúbal na aplicação móvel INVENTRIP, uma ferramenta de informação turística a nível nacional; esta candidatura prevê também ações de capacitação dos agentes do setor do enoturismo aumentando os níveis de qualidade dos produtos e serviços através da criação de um manual de elaboração de cartas de vinhos, formação em vinhos destinada aos agentes turísticos, nomeadamente, aos agentes da hotelaria, da restauração e operadores; também prevê esta mesma candidatura a realização de vários workshops sobre harmonização vínica. Refere ainda o Sr. Vereador que este projeto prevê também o desenvolvimento de ferramentas de marketing digital reforçando deste modo a comunicação do Município, neste caso a estratégia comunicacional do Município, contribuindo para o aumento da competitividade das empresas locais desenvolvendo condições para o crescimento da atividade, sempre numa ótica de valorização dos elementos identitários do território e de património edificado e natural assim como da indissociável vertente cultural.

. Comemorações no âmbito do 25 de Abril – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que no âmbito das comemorações do 25 de Abril, em 2022 comemoram-se os 48 anos do 25 de Abril de 1974. No Concelho de Palmela o programa baseia-se no trabalho de parceria entre o Município, Juntas de Freguesia, movimento associativo e comunidade educativa, cerca

de 45 entidades irão promover 135 eventos dinamizando atividades desportivas, culturais, recreativas, de educação e de valorização da memória, a autarquia promove um conjunto de eventos centrais onde se destacam os espetáculos de criadores locais, incluindo músicos, maestros, cantores e atores que juntará em palco no Pinhal Novo e em Palmela mais de 160 elementos no espetáculo "Cem vozes pela Liberdade"; a comunidade Poceirão e Marateca cria um evento participativo que para além das artes de palco, conta ainda com testemunhos reais do tempo em que se queria mas não se podia; os espetáculos do grande público iniciam-se no dia 22 com Paulo de Carvalho na Quinta do Anjo e terminam no dia 25 com Jorge Palma no cine-teatro São João. No dia 25 de Abril, pelas 11h00, terá lugar a sessão solene da Assembleia Municipal na Biblioteca Municipal de Palmela, o paredão do Largo de São João e auditório municipal Pinhal Novo Rui Guerreiro receberão exposição da URAP "25 de Abril sempre"; na comunidade educativa, para além das iniciativas no espaço escolar destaca-se a conferência "O papel da mulher no antes e depois do 25 de Abril" que acontecerá no dia 28 de Abril na Escola Secundária de Palmela; Palmela acolherá ainda a 6 de Maio o espetáculo "Mais Alto" dedicado ao público escolar numa iniciativa conjunta com a Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril. Refere ainda a Sra. Vereadora que estas comemorações são e representam, de modo reforçado, o reencontro da celebração da liberdade e da defesa da paz.

. Empreitada de "Pavimentação da Rua José Luís da Silva Camolas" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que relativamente à adjudicação da empreitada de pavimentação da Rua José Luís da Silva Camolas no valor de 132.912,00€, com um prazo de execução de 120 dias, numa extensão de 380 metros, os trabalhos a realizar englobam a execução de pavimentações novas com massas betuminosas, respetivas bermas, valetas e drenagem da via, incluindo outros trabalhos acessórios como sinalização horizontal e vertical bem como rede de esgotos pluviais e muro de suporte dos taludes confinantes. Uma obra que está para arrancar em breve.

. Obra de ensombramento da Escola do Bairro Alentejano – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que pretende dar nota sobre a obra de ensombramento na Escola do Bairro Alentejano. Foi adjudicada por 45.194,89€, consiste na instalação de telheiros que asseguram a proteção dos elementos, permitindo que as crianças aproveitem melhor os recreios e o espaço exterior. Além disso a obra torna os acessos mais confortáveis, garantindo a ligação protegida entre a entrada e o exterior do edifício. O prazo de execução, que só começará a contar depois de cumpridas todas as formalidades e feita a respetiva consignação, será de 80 dias.

. Projeto para nova ampliação da rede de esgotos, junto a Portal Branco, Quinta das Asseadas e zonas limítrofes – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que foi lançado o concurso para o projeto para sistema de esgotos na estrada Nacional 252 junto a Portal Branco, Quinta das Asseadas e nas zonas limítrofes; o concurso tem o preço base de 39.999,00€, considerando já o IVA; o objetivo é servir aquela zona a qual ainda não está dotada destas infraestruturas por falta de ponto de entrega reivindicado ao longo de anos pelo Município junto da Simarsul; com entrada de Setúbal no sistema intermunicipal em alta será mais fácil vir a dispor de uma solução de encaminhamento mais racional. Entretanto, para não continuar a ter aquela zona urbana desprovidas deste serviço, o Município decidiu avançar com uma solução alternativa que deverá implicar um sistema elevatório numa primeira fase, mas que possa mais tarde vir a interligar com os futuros investimentos da Simarsul.

. Projeto de requalificação do logradouro da EB Joaquim José de Carvalho, em Palmela – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que o Município lançou também o convite para o projeto de requalificação do logradouro da Escola Básica Joaquim José de Carvalho em Palmela, com o preço base 10.455,00 €, considerando já o IVA. O projeto deverá prever uma zona de ensombramento, pisos confortáveis, acessíveis e seguros, a remodelação do equipamento, incluindo equipamento de jogo e recreio bem como na solução de drenagem pluvial e de iluminação; a solução que vier a ser proposta deve ainda prever a criação de uma zona de merendas para os lanches escolares, remodelação de canteiros e ainda horta pedagógica. O objetivo é requalificar a zona de recreio daquela escola criando melhores condições para as crianças.

. Reabilitação do muro situado na Rua Hermenegildo Capelo, em Palmela – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que está a decorrer o concurso público para a obra de reabilitação de um muro público situado na Rua Hermenegildo Capelo, no centro histórico de Palmela. O concurso foi lançado com o preço base, considerando já o IVA, e totaliza 39.553,37€; esta é uma obra importante no âmbito da reabilitação do centro histórico de Palmela, uma vez que visa garantir a estabilidade e segurança assim como a boa imagem do espaço público; a área a intervencionar tem cerca de 100 metros quadrados.

. Construção de uma vedação nas traseiras do Cine-Teatro S. João – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que foi lançado um procedimento de ajuste direto para a construção de uma vedação metálica nas traseiras do Cine-Teatro São João; o objetivo é garantir a segurança do equipamento de climatização instalado e o tratamento estético da área para o que foi feito internamente um projeto aprovado pela direção geral de património, sendo o preço base de 11.872,00 €.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro

. Mudança de instalações dos serviços do Urbanismo da Autarquia – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que pretende esclarecimentos relacionados com a mudança das instalações dos serviços de urbanismo da autarquia, que vão sair do espaço onde estão, junto à Santa Casa da Misericórdia de Palmela, um edifício pertença da Santa Casa da Misericórdia e que está arrendado à autarquia.

. Desmantelado um parque infantil junto à Casa do Povo, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que há uns tempos atrás, por razões de segurança foi desmantelado um parque infantil que estava junto à Casa do Povo de Quinta do Anjo; foi desmantelado, continua lá a placa a dizer que foi por razões de segurança, mas não há solução que se veja para que volte a funcionar.

. Enorme monte de detritos de construção civil recolhidos em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere que na penúltima reunião de câmara, reunião descentralizada na freguesia de Quinta do Anjo em 16 de março, o vereador do PSD, o Dr. Roberto Cortegano denunciou a situação de na interseção da Rua da Várzea com a circular sul da Autoeuropa, de um monte de detritos, a maior parte deles detritos de construção civil, fez a denúncia, pediu aos serviços que fizessem a recolha mas a verdade é que um mês e três dias depois os detritos continuam lá e até com mais lixo neste momento. As pessoas habituam-se a fazer daquele local uma lixeira e está em causa, sobretudo, um crime ambiental. Refere ainda o Sr. Vereador que foi contactado por uma munícipe acerca um caixote do lixo na Rua dos Sobreiros em Vale de Touros. Numa primeira fase os moradores, face a um caixote que esteve muito tempo na estrada nacional, quando viram o caixote ir para a rua as pessoas até ficaram contentes, o problema é que trata-se de um só caixote e como só há uma recolha de lixo semanal naquele local em concreto, o lixo vai-se amontoando numa zona habitacional e aquilo que parecia ser uma boa notícia inicialmente, dada a escassez de recolha, a escassez também do número de caixotes, está a provocar problemas aos moradores daquela rua em Vale de Touros.

. Transporte escolar (Família que se mudou para Palmela com dois filhos menores que estudam em Vendas Novas) – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere o caso particular de um casal que se mudou de Vendas Novas para Palmela e tem dois filhos menores; têm tido muitos problemas de contactos com a autarquia porque os filhos continuam a estudar em Vendas Novas, um deles porque tem necessidades educativas especiais e os professores – não os pais - entendem que é melhor ele continuar lá e a outra criança, mais velha, porque a área

que escolheu na escola não existe no Concelho de Palmela; a questão que se coloca é a do passe social que não tem qualquer apoio por parte da autarquia, o casal tem feito inúmeros contactos que não têm sido respondidos e pede para que haja aqui uma atenção relativamente a esta questão porque está em causa uma área escolar que não existe em Palmela, nas escolas do Concelho e o outro caso devido às necessidades educativas especiais do menor; os munícipes têm elevados custos com os dois passes sociais que estão na ordem dos 250€ no seu conjunto pois vão para outro Concelho, fora da península; pede o Sr. Vereador que seja dada atenção a este caso, principalmente respondendo ao casal de munícipes que procuram contactar os serviços da autarquia.

Informação do Sr. Vereador Pedro Taleço:

. No âmbito do contrato da eficiência energética – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que no seguimento do contrato de eficiência energética as obras estão nesta altura, em relação às instalações de luminárias, a chegar às dezasseis mil em relação às dezanove mil e sensivelmente oitocentas que estão previstas; até agora tudo tem decorrido sem incidentes de maior com um elevado grau de sucesso e agrado dos munícipes, contudo, têm-se deparado e continuam a insistir na necessidade e na abertura para as questões que resultam menos bem, para as perceções de zonas que, eventualmente, possam ter ficado não melhoradas, com um grau menor de iluminação pois existem alguns casos registados e têm sido tratados de forma individual, aproveitando até para fazer alguns reforços e estações de rede. Refere ainda o Sr. Vereador que se está a chegar à segunda fase deste projeto que tem a ver com a aplicação dos projetos piloto em relação à rede inteligente montada em todo o equipamento; recorda que estes projetos pilotos pretendem demonstrar nas várias áreas, que vão desde a regra, às papeleiras e resíduos maiores, mais tarde com os RSU, mas que também podem ir em relação à leitura da qualidade do ar, etc., tudo o que se pode sensorizar, como também parques estacionamentos, etc., serão feitos testes em jardins no Pinhal Novo, na Praça da Independência e no Jardim José Maria dos Santos, como demonstração de conceito para depois se poder disseminar em relação ao restante espaço público do Concelho e das quais se pretende reforçar bastante o que são as poupanças indiretas, alguns ganhos indiretos deste projeto recordando que este projeto é um projeto com um valor global de 15 milhões de euros, com poupanças indiretas durante o tempo da sua duração de 5 milhões de euros, e que se pretende, quanto aos custos de energia de há dois anos, reforçá-las grandemente com o carácter operacional que tem a rede Lora agora não só para o Município, mas também mais tarde para algum do tecido empresarial presente no Município; mais refere o Sr. Vereador que algumas das sobras que têm encontrado em relação a leds da EDP e da necessidade que têm de uniformizar zonas, resultam também que serão reaproveitadas uma série de luminárias Led para utilização, nomeadamente, nos pátios das escolas e dos equipamentos públicos,

completando assim toda a mudança necessária de tecnologia em relação à iluminação, quer no espaço público, quer no espaço privativo de utilização da Câmara Municipal.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa

. Colocação/construção de passeios na Rua Bento de Jesus Caraça, em Montinhoso –

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere em janeiro de 2020 os moradores desta Rua solicitaram a colocação de passeios numa reunião com o Sr. Vereador Adílio Costa. No seguimento da troca de correspondência entre os munícipes e os serviços camarários foi enviado em 13 de dezembro 2020 um email do serviço de atendimento municipal com o seguinte teor que passa a citar: "Na sequência de comunicações que nos foram dirigidas por vossa Excelência cumpre informar que a colocação de calçada não está incluída na intervenção em curso em Venda do Alcaide, mas encontra-se especificamente devido valor na listagem de calçadas a executar por empreitada em 2021." Entretanto, a Câmara Municipal de Palmela informou em 27 de setembro do passado ano, 2021, da impossibilidade de concretizar a obra mencionando um lapso na informação prestada em 13 de Dezembro de 2020. Face ao exposto, o Sr. Vereador questiona o Sr. Presidente acerca do ponto da situação e se se prevê ou não avançar em 2022 com esta obra.

. Construção de um canil – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que na reunião de câmara do dia 17-11-2021 alertou para o início da construção de um canil numa Travessa da Rua Joaquim Maria Afonso no Lau; quer acreditar que os serviços de fiscalização atuaram. Hoje, dia 19 de abril de 2022 informa o executivo que o suposto "canil" devido às condições, está construído e tem cerca de 100 canídeos nas suas instalações. É ruim para os vizinhos, não existem condições higiénicas e sanitárias, além de que as construções das casotas dos animais têm coberturas em zinco; são péssimas condições para os animais com muito calor no Verão e muito frio no Inverno. É urgente que as autoridades atuem incluindo a Câmara e que no que diz respeito à Câmara dentro daquilo que são as suas atribuições e competências.

. Comemorações no âmbito da receção à comunidade educativa – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que enquadrada nas comemorações da receção à comunidade educativa de Palmela é normalmente realizada homenagem aos docentes aposentados do ensino público, sendo que a comunidade educativa do Concelho de Palmela é também constituída por instituições particulares de solidariedade social, instituições privadas, que fazem parte da dinâmica de desenvolvimento e participação educativo no Concelho. Refere que não pode aceitar que tal reconhecimento profissional seja somente dedicado ao setor público, quando é uma cerimónia promovida especificamente pelo Município e para o qual se convidam

todas as outras instituições. O conceito de homenagens aos docentes do setor público realizada perante os docentes de IPSS e setor privado não dignifica nem promove a equidade de todos os profissionais, ainda que integrado em setores diferentes, os docentes trabalham todos para a mesma causa, no mesmo Concelho e com o mesmo mérito. Na comunidade educativa do concelho de Palmela todos são docentes em Palmela, todos desenvolvem trabalho em Palmela e todos colaboram para o desenvolvimento de crianças e jovens no Concelho. A comunidade educativa do Concelho não se reduz nem pode reduzir ao pré-escolar e escolas do ensino publico, pois o trabalho desenvolvido, é esta a realidade existente, é realizado por muitos mais setores e docentes. Face ao exposto, sugere o Sr. Vereador a inclusão dos docentes das IPSS e do ensino privado nas homenagens realizadas na receção à comunidade educativa, por forma a não haver diferenciação de mérito dentro de uma mesma classe profissional. Refere ainda o Sr. Vereador que esta questão aparece porque há dois anos houve uma receção à comunidade educativa normal, o Centro Social de Palmela foi convidado e foi com todo o prazer e verificou que estavam a ser homenageados docentes que já tinham atingido o limite de idade e muito bem estavam a ser homenageados. O Centro Social de Palmela tinha uma funcionária que também se tinha reformado há pouco tempo – alguns devem conhecer, nomeadamente aqueles que estão ligados à sociedade Filarmónica, a senhora Fernanda Bandadas - a qual esteve muito muitos anos a trabalhar no centro e também tinha atingido o limite de idade. Ligaram para a Câmara Municipal a perguntar se tinha havido alguma distração ou porque não tinham avisado e aquilo que disseram na altura foi que eram apenas os docentes, das instituições públicas, do setor público que eram os homenageados. Apresenta esta sugestão face ao que lhe foi transmitido pelo Município nessa altura.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Raul Cristóvão

. Troços degradados na Estrada Nacional 553 – O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere que circulando na Estrada Nacional 553 e imediatamente a seguir ao fim da última intervenção, é possível verificar que a estrada está a ficar de dia para dia com troços cada vez mais degradados, também provavelmente em resultado das chuvas fortes e que até espera, contudo, que venham mais chuvas. Questiona se e para quando está prevista a continuidade da intervenção em mais um troço, qual o troço, qual o número de quilómetros intervencionados nesta nova intervenção.

. Saudação – Mostra de Vinhos de Fernando Pó – O Sr. Vereador Raul Cristóvão refere que pretende saudar o regresso das festas, nomeadamente, aquelas que têm pendor popular, mas também de grande importância económica para o tecido económico do Concelho como é o caso da Mostra de Vinhos de Fernando Pó; saúda a possibilidade de se poder voltar a presentear a população do Concelho, mas, sobretudo aqueles que visitam a Feira e a mostra

daquilo que melhor se faz no Concelho, que são os vinhos e Fernando Pó é, claramente, o coração dessa produção e desse produto de excelência. Refere ainda o Sr. Vereador que foi com grande satisfação que viu o regresso do Mercado Caramelo, também esta uma demonstração de uma cultura que muitas vezes não foi bem vista e que hoje, de facto, marca bem a cultura popular do Concelho e aquilo que são as raízes e com a esperança de que as festas populares de Pinhal Novo e outras festas como a Festa das Vindimas possam voltar a ter a dinâmica e importância que tiveram depois destes dois anos de quase interregno. Refere por último o Sr. Vereador que munícipes e investidores lhe transmitiram continuar a ter alguma dificuldade em entrar em contacto e reunir com os serviços de urbanismo e terem respostas às suas solicitações; refere que não costuma trazer casos concretos, fá-lo no geral, no sentido de ajudar munícipes e investidores a obterem uma resposta mais rápida, de acordo com aquilo que são as suas solicitações e também os seus interesses.

Face às intervenções dos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro, Carlos de Sousa e Raul Cristóvão, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Mudança de instalações dos serviços do Urbanismo da Autarquia – O Sr. Presidente refere que está a ser preparada a saída dos serviços da autarquia das instalações da Santa Casa da Misericórdia de Palmela sendo que há muito, embora tenha havido uma boa fonte de rendimento pois a renda é elevada, referem o ensejo de poder rentabilizar aquelas instalações para um equipamento de saúde e a Câmara já está a pensar em outro espaço, sendo que tal ainda vai demorar na medida em que esses espaços precisam de projeto, de reabilitação e de profundas obras. Este assunto será abordado aquando de alterações ou revisões ao orçamento que identificará precisamente as obras e o valor necessário para preparar outras instalações.

_ Desmantelado um parque infantil junto à Casa do Povo, em Quinta do Anjo – O Sr. Presidente refere que, segundo informação municipal já transmitida, a obra está adjudicada e haverá obra muito em breve.

_ Enorme monte de detritos de construção civil recolhidos em Quinta do Anjo – O Sr. Presidente refere que quanto à situação sinalizada de lixo junto à circular, hoje, pelas 8 da manhã, já sinalizava outros casos. Na verdade, o Concelho continua a ser vítima de ações criminosas de despejo ilegal de resíduos quer em quantidade, quer em qualidade e de gente que também é de fora do Concelho. Estão preparadas algumas ações de fiscalização em busca dos prevaricadores, também com a colaboração da GNR, estão a ser preparadas, mas não podem ser anunciadas. Relativamente à limpeza, a mesma será feita quando os meios estiverem disponíveis para o efeito, porque tem de ser dada prioridade àquilo que são os

circuitos regulares de recolha de monos e de verdes e que tem também uma campanha preparada e a senhora vereadora se entender poderá falar disso. Refere ainda o Sr. Presidente que mesmo com campanhas, com maior circuito de recolha, com maior periodicidade, os números do ano de 2021 são reveladores. Basta ver as quantidades, as toneladas e a percentagem de aumento da recolha para se concluir que existe um conjunto de particulares e, sobretudo de pequenas e médias empresas, que não respeitam minimamente os planos de gestão de resíduos nas suas obras.

_ Transporte escolar (Família que se mudou para Palmela com dois filhos menores que estudam em Vendas Novas) – O **Sr. Presidente** refere que o contacto dos munícipes referidos tem de ser feito com a divisão de educação do Município, que atuará de acordo com aquilo que são as suas competências e a Lei; nestas matérias é importante alertar, mas é mais importante ainda fazer chegar objetivamente os contactos, a questão aos serviços pelo que podem fazer o contacto com os serviços se assim entenderem, o serviço fica com o contacto da pessoa para se poder esclarecer e apoiar no que for possível.

_ Colocação/construção de passeios na Rua Bento de Jesus Caraça, em Montinhos – O **Sr. Presidente** refere que quanto à Rua Bento de Jesus Caraça a Sra. Vereadora não terá condições para esclarecer mas que conhece o perfil do arruamento, sabe das dificuldades que é fazer ali um passeio, nomeadamente em fazer ali uma berma em calçada grossa, porque o arruamento tem que ter um determinado perfil, mas será analisado com os serviços se será possível incluí-la nas empreitadas anuais de calçada, existe uma listagem com um valor, se foi dito que estava na listagem é porque está, mas, possivelmente não coube dentro do valor para 2021, já se está no terreno com a empreitada de 2022 e acredita que quem votou favoravelmente as alterações modificativas, votou o reforço para isto e para a sinalização horizontal e será tida em conta a inclusão desta Rua na empreitada de 2022.

_ Construção de um canil – O **Sr. Presidente** refere que agradece o alerta que é deveras preocupante. O Sr. Vereador Pedro Taleço poderá dar algumas informações porque a fiscalização atuou, mas solicita ao centro de recolha animal e ao Sr. Vereador que possa também com a Brigada do SEPNA atuar. Refere que, em primeira instância, situações desta natureza têm que ter a intervenção do SEPNA e são inclusivamente sinalizadas junto dos tribunais para ações coercivas, pelo que tem de haver uma articulação entre o SEPNA, o Gabinete de Fiscalização e o CROA, porque é meritório quem queira recolher canídeos abandonados e tratá-los mas não com condições de menor qualidade para o bem-estar animal e, sobretudo em locais inapropriados, o que tem efeitos perversos e impactos colaterais negativos na qualidade de vida dos residentes e vizinhos.

_ Comemorações no âmbito da receção à comunidade educativa – O Sr. Presidente refere que aceita com toda a naturalidade e agrado a chamada de atenção relativamente aos aposentados; se tal não foi feito, a verdade é que foi hábito durante anos serem os docentes do setor público. Porém, o sector das IPSS, que são instituições que fazem parte com um representante do Conselho Municipal de Educação e nesse Fórum participam e dão contributos, etc.. Se isso não está a acontecer, aceita-se perfeitamente e a Sra. Vereadora irá analisar com os serviços porque terão todo o gosto em se associarem também ao percurso de vida e de dedicação destes profissionais, independentemente do setor onde trabalharam, sobretudo aqueles que são também munícipes de Palmela e que se dedicaram à missão do ensino e da educação das crianças.

_ Troços degradados na Estrada Nacional 553 – O Sr. Presidente refere que esteve na reunião em que foi dado despacho que mandou os serviços orçamentar diversos troços; existe uma pequena verba em orçamento para este ano e para o próximo ano, a verba será mais avultada e que crescerá à medida que houver troços orçamentados. Esses troços estão sinalizados, outros também junto à fábrica na Palhota e há outro muito gravoso, até pela pressão que tem dada a logística ali existente que é a saída do Poceirão até ao viaduto sobre o caminho de ferro, porque falta fazer esse quilómetro e surgiu agora no “Eu participo” e foi a mais votada. Percebeu-se isso esta semana pois tem havido sessões e também o resto da EN533, já a caminho da Asseiceira até à Loja Nova que está a precisar de uma repavimentação, porque as ações feitas pela rede viária por administração direta têm sido até bastante qualificadas e qualificadoras, não simples remendos, são cortes muito bem feitos e bem compactados mas são estradas municipais. O **Sr. Presidente** acredita que esta é a Estrada Nacional mais longa do País, pelo menos a mais longa que conhece e até, recentemente em passeio por outras zonas do País comentou com amigos e familiares que é possível a deslocação entre localidades e dentro de localidades sempre em estradas nacionais. Em Palmela, fruto das características do território, para se atravessar o concelho, as estradas nacionais não chegam, importantes para quem delas necessita para as suas deslocações. Existe um grande trabalho a fazer e que, como tem vindo a defender nos últimos anos, tem de ser faseado, salvo se existissem condições financeiras para fazer tudo de uma vez, o que não acredita. Existe a EN533, mas existe também a 533 na Biscaia que também vai ser intervencionada em alguns troços, pelo que quando estiver tudo orçamentado, haverá possibilidade de programar, até no âmbito das Grandes Opções do Plano, aquilo que se conseguirá fazer ao longo dos próximos três anos.

_ **Saudação – Mostra de Vinhos de Fernando Pó** – O **Sr. Presidente** refere que estão todos muito felizes por voltar à atividade e isso tem obviamente reflexos nos apoios municipais e no envolvimento das equipas municipais.

O **Sr. Presidente** refere que, relativamente à questão do urbanismo, pede que façam chegar em concreto as questões. Refere que fez questão de responder com conhecimento a todos os senhores vereadores a uma reclamação que entrou, para que se comece a separar o trigo do joio e perceber que há histórias mal contadas e há outras que efetivamente se assume que são inércia de um ou de outro setor e que por vezes provocam respostas menos atempadas, mas haverá oportunidade com alguns dados estatísticos e até na apreciação da conta de gerência perceber o fenómeno, perceber a densidade do trabalho e a quantidade dos processos que existem em Palmela, isto para não se confundir a árvore com a floresta e alguma queixa que chegue aos Srs. Vereadores, agradece que façam chegar diretamente pois o Sr. Presidente faz questão de explicar inclusivamente a cronologia do processo. O Sr. Presidente refere ainda que aproveita já este momento para referir que foi alvo de críticas, de aproveitamentos em período pré-eleitoral, etc., e que os números permitem conhecer melhor, sendo que antes de se apreciar as coisas, é necessário olhar para os números que é outro trabalho que se mandou fazer, ainda no tempo da senhora vereadora, que é o problema da instrução procedimental e que o Município está a trabalhar aturadamente na adaptação da plataforma que se adquiriu ao regulamento. Refere o Sr. Presidente que esteve há quinze dias, tendo sido o único eleito do País que esteve numa sessão com os técnicos, uma sessão sobre eficiência e eficácia na administração urbanística com os melhores especialistas nacionais sobre a matéria para se perceber um conjunto de fenómenos de simplificação legislativa de um novo RGUE que já foi mexido vinte e duas vezes desde a sua criação e que já está a precisar há muito de adaptação; existem várias medidas a tomar porque nos territórios há uns que têm especificidades e também não pode haver um RGUE para cada território; sobre a instrução pretende partilhar com o senhores vereadores um dado: 67% dos processos entrados tiveram notificações para aperfeiçoamento, para junção de elementos que toda a gente sabe que são obrigatórios logo à entrada, três e quatro vezes sendo que os serviços não podem ser acusados de excesso de zelo ou de serem muito exigentes como já teve oportunidade de falar com muitos requerentes. As pessoas sabem quais são os requisitos de instrução se isto acontecer, como acontece noutros serviços da administração que demoram muito mais tempo, na administração central, alguns processos nem entram, nem conseguem entrar, mas, obviamente que as pessoas têm direito a entregar os seus processos mesmo que incompletos; isto passa não só pelas medidas que estão a ser tomadas em termos de desmaterialização, de simplificação da entrega que podem entregar a qualquer hora do dia e da noite e ao minuto, mas também de formação: será feito em breve e aguarda-se a discussão do PDM em que também haverá novidades sendo melhor fazer essa formação para os próprios técnicos dos requerentes, porque nota-se nos últimos anos graves deficiências na instrução e isso provoca grandes inércias no serviço que passa o

tempo a escrutinar e a mandar para trás, a pedir mais isto e mais aquilo e se a isto se associar os problemas que houve nos últimos dois anos, o passivo aumentou, mas, felizmente, o número de respostas, como haverá oportunidade de ver no relatório, também está a aumentar substancialmente, mesmo em 2021. Pede então o Sr. Presidente que façam chegar qualquer queixa que tenham nesta matéria.

_ Enorme monte de detritos de construção civil recolhidos em Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que relativamente à Rua de Vale de Touros, dá nota que foi colocado o contentor atendendo ao alerta que está a fazer chegar, irão ao local e aferir a necessidade do eventual reforço; existem certas Ruas de Vale de Touros que, inclusivamente na nova contratação de prestação de serviços vai aumentar, por exemplo, a Rua Monte Lagarto vai passar de uma a duas vezes por semana, não sabe exatamente esta, mas, pelo menos o reforço de contentores será aferido; relativamente à questão colocada, refere a Sra. Vereadora que têm conhecimento, por deslocação ao local, está a ser coordenado com a fiscalização e esta campanha que está a ser feita tem uma grande sintonia na vertente não só pedagógica, da sensibilização ambiental, mas também na presença da fiscalização e do SEPNA no terreno. Refere ainda que como o Sr. Vereador referiu, e bem, onde há lixo que se amontoa, não seria curial retirar da berma e deixar o que está livremente ao acesso de todos que é no terreno privado. A situação está a ser monitorizada semana a semana com o acompanhamento dos espaços que a própria fiscalização legalmente tem de fazer e que infelizmente é moroso não por vontade da fiscalização, mas é um procedimento legal que é moroso na notificação do proprietário. Existe sintonia na campanha de sensibilização que terá a vertente pedagógica, mas também de presença e coerciva do SEPNA no terreno, da fiscalização municipal, com outdoors, com flyer que já começou a sair na faturação da água e está previsto para maio novamente uma grande ação de limpeza naquela zona com a Brigada do Mar, campanha esta de sensibilização/ação que se espera, mais uma vez, que produza frutos.

_ Construção de um canil – O Sr. Vereador Pedro Taleço refere que relativamente ao canil do Lau houve uma intervenção imediata no local, foi desencadeado um processo de fiscalização. Infelizmente, os prazos em relação a quem não quer colaborar neste caso e as garantias dos seus próprios direitos enquanto apenas presumível infrator leva a que, mesmo em questões de obras e de embargos, por vezes os infratores ou presumíveis infratores à data decidam avançar, e depois coloca a Câmara perante uma situação difícil, ex. ter de demolir; no caso do canil existem vertentes mais vastas do que apenas o aspeto de construção que é relativamente simples de repor a legalidade, mas que, neste momento está a ser aferido mas não consegue dar o ponto exato da situação do processo neste momento; refere ainda o Sr. Vereador que tem de haver consciência que os prazos inerentes à garantir de todos os direitos,

de todas as partes, por vezes, no terreno transmitem uma certa impunidade nos casos em que existem efetivamente ilegalidades. Deixa ainda o compromisso de trazer publicamente quais os avanços do cemitério e apresenta desculpas em relação ao serviço por não lhe ter transmitido esta informação em tempo atempado.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_09-22:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foi aceite, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma doação em espécie efetuada pela Visteon, conforme informação técnica que se anexa.

VISTEON Estrada Nacional 252, Km 12 2951-503 Palmela NIF: 980037042	Apoio às comemorações do Dia Mundial da Floresta	5 amieiros e 5 plátanos de grande porte
TOTAL		1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros)

Tendo em consideração a data prevista para as plantações e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 07/04/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação da doação objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 02_09-22:

«Dando continuidade ao Programa Mecenaz de Palmela, **propõe-se** que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite a doação que a seguir se discrimina:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETOS
SLEM – Sociedade Luso Espanhola de Metais, Lda. Palmela Gare 2950-401 Palmela NIF: 501991239	Doação monetária no valor de 1.000,00 € (mil euros)	Atividade do Cine-Teatro S. João
TOTAL		1.000,00 € (mil euros) .»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º GPC 01_09-22:

«Considerando que:

- É competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio às diversas entidades e organismos legalmente constituídos, nomeadamente as de carácter social, cultural, educativo, desportivo, recreativo ou outro de interesse para o Município, nos termos das alíneas o) e u) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- O Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m) do nº 2, do artigo 23º, do RJAL;
- É de grande importância o papel das Associações de Moradores como elementos de desenvolvimento e coesão local sendo, simultaneamente, espaços de dinamização de uma cidadania efetiva, dando um enorme contributo para o fomento de uma atitude participativa, colaborativa, responsável e inovadora, com reflexos na comunidade onde está inserida;

- No âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) foram apresentadas, pelas Associações de Moradores do concelho, candidaturas a apoios municipais, visando a realização de obras de conservação, aquisição de equipamentos e a concretização de atividades;
- De acordo com o RMAA, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16º, alíneas a) a q), e que após apreciação e análise técnica foi feita a ponderação dos correspondentes montantes;

Propõe-se, de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição dos apoios financeiros às associações de moradores identificadas, no valor global de 11.070,80 € (onze mil e setenta euros e oitenta cêntimos), destinados à realização de obras de conservação, aquisição de equipamentos e à concretização de atividades, a distribuir de acordo com o quadro seguinte:

ENTIDADE	APOIOS FINANCEIROS			
	Obras	Equipamentos	Atividades	TOTAL
Associação de Moradores de Olhos de Água	808,20 €	57,60 €	1.000€	1.865,80 €
Associação de Moradores Marquesas II – 1ª fase	289,00 €	750,00 €	1.500 €	2.539,00 €
Associação de Moradores da Quinta da Torre		575 €		575 €
Associação de Moradores do Lau	1.580 €			1.580 €
Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira	320 €	931 €	1.000 €	2.251€ €
Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra - Terrim	880 €	380 €	1.000 €	2.260 €
TOTAIS	3.877,20€	2.694 €	4.500 €	11.070,80 €

.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, numerada GPC 01_09-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que deduz que no Concelho de Palmela exista mais do que estas seis associações de moradores. Questiona qual é, mais ou menos, o número de associações a trabalhar e a fazer trabalho para os seus cidadãos no Concelho de Palmela.

O **Sr. Presidente** refere que estas são as associações que estão legalmente constituídas e em atividade; existem outras que foram constituídas e que não tiveram seguimento da sua atividade democrática e associativa pelo que não são consideradas legalmente constituídas,

como é o caso da dos Portais da Arrábida e outros. Mas depois há cerca de uma dezena de outras que não estão constituídas como associações mas como comissões, que se apresentam como tal, foram também conhecidas e registadas nas respetivas Juntas de Freguesia; estas foram aquelas que evoluíram para um estatuto com personalidade jurídica e que têm mantido atividade regular. Refere ainda o Sr. Presidente que existe ainda um conjunto de associações que por vezes têm também alguma dinâmica desta natureza, mas que não estão no âmbito do regulamento nem podem vir ao regulamento que são algumas associações, comissões de administração de AUGI's e a essas o que é dito é que no final dos seus processos de reconversão urbanística, se entenderem manter-se com atividade social, com a atividade cultural desportiva ou outra devem alterar o objeto criar uma associação específica e terão todas as possibilidades de concorrer a apoios municipais na medida em que têm atividades nestas áreas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Prestação de Contas 2021.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_09-22:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2021, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2021 reflete a consolidação da tendência de crescimento da receita municipal iniciada em 2015 (com uma ligeira quebra em 2016), e cujo ritmo e fundamentos se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2021 e GOP 2021-2025, embora o valor arrecadado no ano 2021 – 63,1 milhões de euros – cerca de 12,9 milhões de euros superior ao do ano anterior, tenha excedido as estimativas e projeções mais otimistas. Este crescimento inesperado da receita fica a dever-se à conjugação de três fatores de natureza conjuntural: aumento do valor de utilização dos empréstimos contraídos (mais 5,8 milhões de euros), cobrança de taxas relativas ao licenciamento da AUGI da Quinta da Torre e Marquesas I e III (mas 4,8 milhões de euros), e aumento expressivo do Imposto Municipal de Transações (mais 2,5 milhões de euros).

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 54,8 milhões de euros em 2021, verificando-se um crescimento de cerca de 9 milhões euros em

relação ao registado em 2020. Este crescimento das receitas próprias deve-se aos já referidos aumentos das taxas de licenciamento e do IMT, e ainda da venda de bens e serviços.

Se excluirmos as receitas dos empréstimos e o acréscimo verificado nas taxas e licenças, o crescimento da receita municipal global situar-se-ia nos 2,3 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 25,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 40,3% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 1,9 milhões de euros, relativamente ao ano 2020.

Os Impostos Indiretos apresentam uma evolução negativa (- 64,6%) em comparação com o valor arrecadado no ano 2020. O decréscimo registado (- 441 mil euros) decorre do facto desta receita passar a ser considerada nas Taxas, Coimas e Penalidades. O valor arrecadado é relativo a guias de receita emitidas em 2020 e cujo recebimento em 2021 teve ainda de ser registado neste capítulo, de modo a permitir a submissão dos mapas do SISAL (Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local).

As Taxas, Coimas e Penalidades apresentam um acréscimo de 743,7%, (+6,4 milhões de euros) em comparação com o valor de 2020, em resultado, em grande parte, da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 9,3% (+941 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,9% (+807 mil euros).

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 63,1 milhões de euros e uma despesa de cerca de 57 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 6,1 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2020 no valor de cerca de 10,6 milhões de euros, transitando para 2022 um saldo de 16,7 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 109%, pelos motivos antes enunciados.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 57 milhões de euros, mais 13,8% que no ano 2020, dos quais 34,3 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 83,3%.

As despesas com pessoal, no valor de 20,9 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 5,2% comparativamente com o ano anterior e remuneraram um total de 947 trabalhadores (mais 25 do que em 2020).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um considerável acréscimo de 47,5% (em termos absolutos, +4,2 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (13,1 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 16 milhões de euros, aumenta 13,5% em 2021 (+1,9 milhões de euros) comparativamente ao ano 2020. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal em virtude do alívio das restrições da pandemia: no setor educativo (alimentação escolar, transportes escolares, prolongamento de horários); na cultura e desporto (mais atividade, nomeadamente com a execução de várias candidaturas, MURAL 18, Cultura para Todos). Acresce ainda o aumento da despesa nas áreas da higiene e limpeza urbana e conservação dos espaços verdes e zonas públicas.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2021, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso), de um total de 1,902 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,162 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,9 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.

Assim, **propõe-se**, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovado pela da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2021, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.»

Após a apresentação da proposta, o Sr. Presidente faz a leitura da Introdução, cuja transcrição se reproduz na totalidade:

Introdução à Prestação de Contas 2021

"O Município de Palmela respondeu aos múltiplos desafios que lhe foram colocados com capacidade de planeamento, adaptação e resiliência, evidenciando a competência das equipas e o seu forte compromisso com o serviço público e a qualidade de vida das populações. Igualmente marcado pelo contexto de pandemia, confinamento e restrições a vários níveis, 2021 foi, contudo, vivido de forma diferente, relativamente a 2020, com o processo de vacinação a trazer uma nova esperança e a exigir a rápida e permanente mobilização de recursos físicos e humanos. A rede solidária continuou a congregar esforços das autarquias, dos parceiros sociais, do tecido económico e de cidadãos/ãos, colocando novo ênfase nas questões do voluntariado, do mecenato e dos valores humanistas.

Paralelamente ao fim do mandato e à reta final do Portugal 2020, que representa a conclusão de um conjunto muito exigente de obras e projetos, a organização envolveu-se num trabalho de reflexão e preparação de documentos estratégicos e orientadores de novos ciclos de intervenção e desenvolvimento, em áreas como a habitação, o ambiente e as alterações climáticas, o envelhecimento ativo e saudável, a igualdade e inclusão, a educação, a mobilidade, a reabilitação urbana, o ordenamento do território ou o património.

Apesar dos constrangimentos impostos pela Covid-19 ao normal funcionamento dos serviços e equipamentos públicos e às iniciativas que fazem parte do nosso calendário anual, o Município e entidades parceiras conseguiram, ainda assim, com responsabilidade e em segurança, promover eventos adaptados, que se revestiram de enorme importância para empresas e agentes culturais, desportivos e turísticos, para a autoestima e ânimo das populações e para a notoriedade do território e dos seus produtos, certames, projetos e festividades.

Internamente, o Município continuou a trilhar o caminho de transição digital, capacitação das equipas e melhoria das condições de trabalho, com aposta continuada no recrutamento de pessoal e valorização de carreiras, na renovação do parque de equipamentos e viaturas, na eficiência energética, na beneficiação de instalações, em ações de formação on-line e on job e no desenvolvimento de novos procedimentos e aplicações, conducentes à permanente qualificação do serviço prestado.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas continuaram a ser apropriados pela organização e a nortear o seu trabalho, de forma transversal, num compromisso permanente com a sustentabilidade, a cooperação, a solidariedade e a paz. Distinguido como "Município do Ano" da AML e galardoado com a Bandeira Cidades e Vilas de Excelência (Nível IV) e com a Bandeira "Autarquia + Familiarmente Responsável", o Município manteve o caminho de boas contas, transparência, alívio fiscal e concretização, e viu a sua atratividade confirmada pelos CENSOS 2021 como o terceiro município nacional que mais cresceu na última década, acolhendo, já, perto de 69 mil habitantes.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Mais de meio milhão de euros de investimento em TIC é representativo da prioridade estabelecida pelo Município, nesse domínio, desde a aposta na cibersegurança e num conjunto de aplicações informáticas para reengenharia de processos, com destaque para o Urbanismo e para os procedimentos concursais na área de recursos humanos, à reestruturação da página dos serviços on-line e migração para um novo portal, mais intuitivo e com mais serviços e informação, sem esquecer a adaptação ao teletrabalho em massa. O novo sítio oficial do Município foi lançado em abril e reforçou-se a presença nas plataformas digitais, para maior interatividade com os diversos públicos.

Trabalhos de conservação nos Serviços Operacionais, nas Bibliotecas e em vários outros edifícios municipais, a par de intervenções generalizadas ao nível da climatização e eficiência

energética, contribuíram para melhorar as condições de trabalho e conforto. A alteração de posicionamento remuneratório, por via quer do regime obrigatório, quer de opção gestionária do Município, abrangeu mais de uma centena de trabalhadoras/es, e igual número foi abrangido pelo pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade, que o Município aplicou no nível mais elevado permitido por lei. No final de 2021, a organização contava com 947 trabalhadoras/es, mantendo-se a tendência de crescimento já verificada em 2020, e mais de 50 novas/os trabalhadoras/es foram acolhidas/os, em 26 sessões de apresentação e boas-vindas à organização.

Para continuar a responder às necessidades das/os cidadãs/ãos, mesmo em contexto de pandemia, mantiveram-se medidas de reforço do atendimento, como o número de telefone e o balcão dedicado na Biblioteca de Palmela, especificamente para questões relacionadas com contratos de água, os pagamentos de água nos balcões da União das Freguesias de Poceirão e Marateca ou o reforço da equipa de atendimento telefónico mediado. Outras experiências, como o número telefónico de apoio social "Em linha para si" (que recebeu uma centena de chamadas e permitiu o encaminhamento de munícipes em situação de fragilidade social e económica), o projeto "Biblioteca na sua casa" e os programas de animação cultural e desportiva, dinamizados on-line, são exemplo da criatividade das equipas, que procuraram novas formas de marcar presença e estreitar a relação com os seus públicos.

Ainda adaptadas, as Semanas das Freguesias saíram à rua e confirmaram o seu papel enquanto momento privilegiado de contacto, partilha de informação e prestação de contas. O ciclo anual "Eu Participo!" foi condicionado pela pandemia e eleições autárquicas, pelo que só se concluiu este ano, mas o processo interno, desenvolvido com trabalhadoras/es municipais, registou boa adesão, mesmo com menos reuniões. Nas escolas, o trabalho sobre Educação em Direitos e Cidadania Democrática continuou a dar frutos e a formar jovens cidadãs/ãos mais interventivas/os, e as associações de moradoras/es afirmaram, uma vez mais, o seu papel dinamizador e colaborativo na gestão do território, tendo-se realizado, no Lau, o terceiro encontro destas estruturas.

O enorme esforço de coordenação das ações de prevenção e combate à Covid-19, em múltiplas frentes e em articulação com diversas entidades, absorveu muitas/os trabalhadoras/es e recursos e teve na montagem, funcionamento e apoio logístico do Centro de Vacinação (primeiro, no Pavilhão Desportivo Municipal, e transferido, depois, para a Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo) e das ações de vacinação e testagem em lares, uma das suas prioridades. Ao longo de todo o ano, foram asseguradas, igualmente, campanhas de testagem para a população e para as equipas municipais (que participaram em dois estudos de imunidade) e o Concelho foi palco da primeira ação de vacinação descentralizada, nas freguesias rurais. Para um verão mais seguro e apoio à atividade, foram distribuídos milhares de testes aos agentes culturais e turísticos. Paralelamente, a prevenção contra incêndios motivou um intenso trabalho de limpeza de terrenos rurais e caminhos

florestais e coordenação com agentes de proteção civil. Apesar das limitações, foi possível comemorar o Dia Municipal do Bombeiro e entregar o Cartão Municipal do Bombeiro, já em aplicação. O Município atribuiu 85 mil euros às Associações de Bombeiros, como apoio ao investimento, atualizou o valor referente aos seguros das viaturas de emergência e aumentou o valor da comparticipação ao funcionamento dos três Grupos de Bombeiros Permanentes, disponibilizando-se, também, junto da tutela, para financiar mais três Equipas de Intervenção Permanente (uma por cada corporação).

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

Concluídas a ampliação do refeitório e zona coberta e a requalificação dos Espaços de Jogo e Recreio dos logradouros do pré-escolar e do 1.º ciclo da EB Zeca Afonso (Pinhal Novo) e a substituição das coberturas em fibrocimento das EB Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo), regista-se, também, a requalificação da cozinha e refeitório da EB Lagoa da Palha, a reabilitação da cobertura e sanitários da EB José Saramago (Poceirão), a beneficiação da cobertura da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) e diversas ações de reparação. O Município deu continuidade à substituição de mobiliário escolar em vários pontos do Concelho (quatro salas de pré-escolar, quatro refeitórios e 13 salas de aula de 1.º ciclo) e ao apetrechamento de várias escolas com material didático e equipamento desportivo. A 27.ª edição do Fantasiarte não pôde contar com as tradicionais Festas de Encerramento, mas houve sessões de teatro nas escolas e no Parque Venâncio Ribeiro da Costa e um pouco da riquíssima história deste projeto de Educação pela Arte, que já atravessou várias gerações de crianças e jovens, foi perpetuada através da publicação "Fantasiarte - o palco somos nós", com contributos de 1.200 participantes e 53 docentes. Várias ações de capacitação e atividades para docentes, assistentes operacionais, alunas/os, técnicas/os municipais e famílias concluíram a operação "Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar", e o momento de convívio da Receção à Comunidade Educativa congregou cerca de 350 pessoas, com um programa que incluiu homenagem a docentes e auxiliares aposentadas/os, feira de projetos e recursos educativos, animação cultural e desportiva e a edição do Guia de Oferta Educativa 2021/22. Dos transportes escolares aos auxílios diretos, o Município manteve um importante pacote de apoios às famílias, ofereceu, uma vez mais, os cadernos de atividades, abrangendo 2.344 alunas/os do 1.º ciclo da rede pública, e atribuiu 30 bolsas de estudo para o ensino secundário, tecnológico e superior. Em período de confinamento, as crianças beneficiárias de Ação Social Escolar continuaram a ter acesso às refeições, fornecidas em sistema de takeaway, e ao domicílio na União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A inauguração da Unidade Móvel de Saúde, que entrou ao serviço rapidamente, como suporte para ações de vacinação e testagem Covid-19, e a afetação de um terreno para a nova Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo motivaram a celebração de protocolos com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, reafirmando a disponibilidade do Município para ir além das suas responsabilidades e cooperar com a tutela, em busca de

soluções para os problemas que afetam o território. Tal como no ano transato, assegurou-se a vacinação gratuita contra a gripe sazonal em 14 farmácias, para utentes do SNS com idade igual ou superior a 65 anos, tirando partido desta rede de proximidade. Num contexto de grande atenção ao surto pandémico, o Município procurou dar visibilidade e disponibilizar respostas para outros problemas prementes, sendo exemplo as campanhas de promoção da literacia em saúde e promoção de estilos de vida saudáveis, o apoio a 1.039 rastreios do cancro da mama realizados pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, a adesão à Campanha Nacional de Promoção da Saúde Mental e a inauguração de uma pista Check-Up em Quinta do Anjo, em parceria com a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e o Clube Portais da Arrábida.

A conclusão e disseminação da "Palmela MAIOR – Estratégia para o Envelhecimento Ativo e Saudável e a Relação entre as Gerações 2021-2025" veio trazer novas pistas para o trabalho com esta faixa da população, assumindo que a conquista da longevidade deve corresponder felicidade e qualidade de vida. Consolidou-se o Serviço de Teleassistência, que conta, agora, com um Regulamento Municipal, e fruto da necessidade de reinventar a atividade promovida junto da população idosa, pela sua vulnerabilidade, nasceu o projeto "Respira ar livre" para população 55+, com aulas de dança. O "Outubro Maior" decorreu em formato adaptado mas com forte participação e um programa diversificado, sob o tema "Cuidar ao longo da vida, numa sociedade mais digital", e o projeto "Estórias, memórias e percursos entre gerações" continuou a promover a partilha e o convívio.

Com a pandemia a colocar dificuldades acrescidas às instituições e a intensificar situações de vulnerabilidade social e económica, o Município atribuiu 50 mil euros em apoios às IPSS, manteve em funcionamento a rede local de apoio alimentar com refeições quentes, que beneficiaram 70 famílias, e assegurou quatro distribuições do Cabaz Solidário Saudável, à base de carne de aves, abrangendo cerca de 600 munícipes. A celebração de um protocolo com a Fundação Santa Rafaela Maria permitiu a criação de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, com atendimentos, em todas as freguesias. Em 2021, o Município reforçou a equipa da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, substituiu todo o parque informático e garantiu o apoio logístico e o seu funcionamento geral.

O "Plano Municipal de Igualdade e Não discriminação | PMIND Palmela 2021-2024", em implementação, veio estruturar e aprofundar o caminho que o Município já vinha a trilhar, quer internamente, quer na relação com a comunidade. A participação na segunda edição do projeto europeu "Network for the Role Models" e o trabalho transversal em termos de acessibilidade de equipamentos e comunicação – caso da empreitada de criação de percursos acessíveis no Castelo de Palmela (PRARRÁBIDA – CAFA), a integração de Língua Gestual Portuguesa e audiodescrição em espetáculos e atividades do Museu Municipal e da Rede de Bibliotecas ou as caminhadas acessíveis – são representativos da importância que o Município atribui às questões da inclusão social.

"Habitação digna, inclusiva, para tod@s" foi, precisamente, o tema escolhido para o XII Fórum Social de Palmela, que registou grande interesse e permitiu apresentar e debater a Estratégia Local de Habitação de Palmela. O acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana foi celebrado em julho e o Município já iniciou o trabalho de concretização das medidas preconizadas na ELH, que representam uma mudança paradigmática no acesso a este direito basilar.

A área do urbanismo continua a registar forte dinâmica, com impactos no aumento do volume de trabalho e novidades no que respeita aos serviços disponíveis on-line e ao já referido trabalho em curso, de modernização e desmaterialização de processos. No Centro Histórico de Palmela, são visíveis os reflexos deste novo impulso na recuperação de edificado por parte de particulares, e as Jornadas de Reabilitação Urbana, realizadas em formato on-line, contribuíram para a reflexão, esclarecimento e aproximação entre os diversos agentes do setor. O Município dá o exemplo e são de referir, em 2021, a conclusão da beneficiação do Largo da Boavista, a recuperação da Capela de S. João Baptista e do Salão Nobre dos Paços do Concelho (em curso) e o arranque da requalificação do antigo edifício da GNR, que irá acolher o Centro de Investigação do Património Cultural. Refira-se, ainda, o dinamismo registado em diversas Áreas Urbanas de Génese Ilegal e a emissão de alvará de Loteamento da AUGI da Quinta da Marquesa I e III. Com a conclusão, no início do ano, da proposta técnica de revisão do Plano Diretor Municipal, deu-se início ao trabalho de concertação com as diversas entidades, tendo sido emitido parecer favorável condicionado.

A atividade cultural continuou bastante condicionada mas, à semelhança de 2020, foi possível criar novas formas de levar a cultura e as artes até à casa das pessoas e reinventar iniciativas e projetos para trazer o público para a rua. O Festival Internacional de Gigantes voltou a fazer sonhar, num modelo descentralizado por vários palcos, na vila de Pinhal Novo, e Palmela foi, efetivamente, música, com novas edições do Festival Internacional de Saxofones e do Festival Internacional de Música – Palmela "Terra de Cultura", além da riquíssima programação do programa metropolitano "Mural 18", que privilegiou a música no nosso Concelho, entre outros projetos, como o mural identitário da autoria do artista plástico Vile, no Centro Histórico, que valorizou a identidade local. Como sempre, o teatro e a dança também estiveram bem presentes no calendário cultural, a par de programas evocativos de festividades como as Festas Populares de Pinhal Novo, a Festa das Vindimas ou a Festa de Todos os Santos, que continuaram a não poder brilhar com o esplendor habitual, mas marcaram presença com eventos-chave. Sublinha-se o início das empreitadas de requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura e do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, cujo skate park iniciou atividade no verão, e de eficiência energética e climatização do Cine-Teatro S. João.

O Castelo, cada vez mais acessível, registou outras intervenções, ao nível da sinalética, das coberturas do Espaço de Transmissões Militares e da Igreja de Santiago, que qualificam a visita deste monumento. Em Pinhal Novo, a inauguração do Museu A Estação, no edifício da

antiga estação, com programa educativo e uma exposição enriquecida com os contributos de antigos ferroviários - que partilham, também, as suas memórias em visitas guiadas - cumpriu um desígnio da comunidade, com profundas raízes ferroviárias. O desenvolvimento de exposições e materiais didáticos inovadores, em torno da história local e de figuras como Hermenegildo Capelo, reforçou os recursos educativos disponíveis. No que respeita à arqueologia e ao estudo sobre ordens militares, 2021 foi muito rico, com várias atividades que reafirmaram Palmela enquanto centro de investigação e divulgação de conhecimento. A pandemia levou a Rede de Bibliotecas a casa das pessoas, com entregas ao domicílio, e motivou novos formatos digitais, com iniciativas para todos os públicos. Iniciativas como a Mostra Gastronómica Literária, as conversas literárias com autoras/es nacionais "365 Dias de Romance", o projeto "Pessoa e outras pessoas" e os concursos literários levaram novos públicos às bibliotecas e promoveram o livro e a literatura.

A conservação de EJR e polidesportivos em todo o Concelho, a conclusão da empreitada de requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão e o início da beneficiação do Polidesportivo José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, continuou a marcar o trabalho na área desportiva, num ano que manteve grande parte das modalidades em suspenso. Nos períodos de confinamento, vários agentes desportivos do Concelho foram desafiados a dinamizar aulas on-line. O ciclismo foi a modalidade mais destacada, com o regresso da Volta a Portugal a Palmela, que apoiou, também, a primeira Volta a Portugal feminina, provas das Taças de Portugal de Cadetes e Femininas e a Rampa das Vindimas coorganizou a 4.ª Clássica da Arrábida. O gosto pelo ciclismo e a sua importância, também, ao nível da mobilidade suave motivou o lançamento do projeto-piloto "O Ciclismo vai à escola" na EB Aires, numa parceria com o Agrupamento de Escolas de Palmela e a Federação Portuguesa de Ciclismo, tendo o ciclista Rafael Reis como padrinho. No âmbito do apoio a associações desportivas, são de sublinhar os Contratos-Programa celebrados para apoio à construção de uma pista de atletismo simplificada no Centro de Lançamentos do Quintajense Futebol Clube e à remodelação do campo de futebol de 9 e de 7 do Clube Desportivo Pinhalnovoense.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A permanente conservação e qualificação da extensa rede viária municipal continua a ser uma prioridade de investimento, registando-se, em 2021, 12 novas pavimentações e a contratualização de várias outras empreitadas de peso, com destaque para a adjudicação da 2.ª fase da beneficiação da Estrada dos Quatro castelos, em Vila Amélia, no âmbito da operação HUB 10. Relativamente à CICLOP7, concluíram-se os projetos de execução dos troços de ciclovia que ligarão Quinta do Anjo – Cabanas e Aires – Setúbal, submetidos à aprovação das Infraestruturas de Portugal.

Um espaço público qualificado é determinante para a coesão territorial e para a imagem urbana dos territórios. O Município manteve a aposta nesta área, desenvolvida ao longo do mandato, e

concluiu a requalificação do Largo da Mitra (Pinhal Novo) e dos espaços exteriores da Praceta de Cabo Verde (Palmela) e prolongou a Rua do Ribatejo (Quinta do Anjo). No final do ano, estava em conclusão o Largo Dr. Melo e Castro – Jardim de Cabanas e a iniciar-se a reabilitação da Rua Orlando Ribeiro (Pinhal Novo). No Cemitério de Palmela, foi concluída a reabilitação da Capela e a construção do novo edifício ossário, e procedeu-se à reabilitação da alameda dos jazigos.

Concluídas as empreitadas de reforço da eficiência energética nas Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo e iniciada a do Cine-Teatro S. João, destaca-se, igualmente, neste campo, a adjudicação da "Implementação de contrato de gestão de eficiência energética no sistema de iluminação pública e de um sistema de gestão Smart City – Palmela Município Inteligente". O contrato integra a substituição de 19.857 luminárias por equipamento LED e a instalação de uma rede LoRaWan.

Teve seguimento o trabalho de construção do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, iniciado em 2020, no seguimento do Plano Metropolitano, com ações de capacitação das equipas municipais dos três municípios do território Arrábida, bem como com o envolvimento de agentes locais. Decorrente do PLAAC e do projeto CLIMA.AML, foi instalada uma estação meteorológica na cobertura da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo. Efemérides como o Dia Mundial da Floresta, o Dia da Floresta Autóctone, o Dia Mundial do Ambiente ou a Semana Europeia da Mobilidade motivaram múltiplas iniciativas de sensibilização e formação, plantações de árvores e ações de limpeza. Merecem relevo a atribuição dos galardões Ecoempresas e Ecofamílias, o lançamento do manual de construção sustentável, o projeto-piloto de trotinetas elétricas e a ação de limpeza da zona de Vila Amélia com a Brigada do Mar, que confirmou a dimensão preocupante do fenómeno de deposição criminosa de resíduos. Ao nível do bem-estar animal, o ano foi profícuo, com a abertura do primeiro parque canino do Concelho, o início das obras de ampliação do Centro de Recolha Oficial de Animais para criação de área de canil e sala de cirurgia, a instalação de cinco novas colónias para gatos e o incremento das ações de esterilização. No total, passaram pelo CROA 444 animais, tendo-se promovido diversas ações de promoção da adoção responsável.

O Município continua a investir na conclusão de infraestruturas deixadas inacabadas pelos promotores, como medida de coesão territorial. No final do ano, encontrava-se em conclusão o sistema elevatório de águas residuais domésticas (ARD) da Quinta dos Farias (Pinhal Novo) e a decorrer uma outra empreitada de infraestruturização, no mesmo loteamento, e foi adjudicada uma empreitada de conclusão e retificação de infraestruturas elétricas em Val Flores (Pinhal Novo), além de vários projetos aprovados. A execução da empreitada de Regularização da Ribeira da Salgueirinha encontrava-se concluída em 80%, terminaram as empreitadas de drenagem de ARD de Lagoa da Palha e de Miraventos/Quinta Tomé Dias/ Quinta das Asseadas, zona nascente (Palmela) e a estabilização da encosta da Quinta do Outeiro (Palmela), em curso a segunda fase de infraestruturização da Lagoinha e a empreitada de ARD em Cajados e a

iniciar-se a infraestruturação da Rua 1.º de Maio, na Quinta do Sobral e Canastra, Terrim. São de referir, ainda, ampliações na rede de ARD em Vale da Vila e Cabanas. No que respeita ao abastecimento de água, o presente relatório dá nota de um amplo trabalho de ampliação da rede e remodelação de condutas em vários pontos do Concelho, que terá continuidade nos próximos anos, destacando-se, também, a continuação da empreitada de controlo de perdas de água na vila de Palmela e a conclusão da empreitada de remodelação de nós na rede de abastecimento de água de Pinhal Novo – zona norte.

A recolha de resíduos porta-a-porta entrou na terceira fase, com a integração do Bairro Xavier de Lima e da Vila Paraíso (Pinhal Novo), abrangendo 1.039 moradias nas freguesias de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo. As quantidades de resíduos recolhidos continuam a aumentar, bem como o número de utentes e de quantidades depositadas no Centro de Transferência de Resíduos Valorizáveis de Pinhal Novo. Apesar disso, a deposição desregrada em locais impróprios ou mal acondicionada junto aos contentores continua a motivar o reforço da prestação de serviços, o aumento de circuitos, o desenvolvimento de ações de sensibilização e o reforço do equipamento ao dispor das equipas municipais e no espaço público (beateiras, papeleiras, dispensadores de sacos para dejetos caninos, etc).

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Os principais certames turísticos e de promoção de produtos locais não puderam decorrer nos moldes habituais mas, ainda assim, iniciativas como o Mercado do Queijo, Pão e Vinho, em dois fins-de-semana, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó em formato digital e com loja de vinhos on-line, o Palmela Wine Jazz, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão ou os Torneios Medievais com Feira Franca mantiveram o contacto com o público e o reconhecimento dos produtos e das respetivas marcas, e ajudaram agentes económicos e turísticos num momento de grandes dificuldades. De igual modo, os Fins-de-Semana Gastronómicos, os mercadinhos d'A Moura (Águas de Moura) e de Poceirão, o Mercado da Aldeia (Quinta do Anjo), a defesa de produtos endógenos como a Maçã Riscadinha e o Queijo de Azeitão, o programa de animação "Viva o Natal no Município de Palmela", ações de conservação dos Mercados Municipais e mercados de produtoras/es e isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público para instalação de esplanadas são apenas alguns dos múltiplos contributos para a dinamização económica do território.

A Incubadora de Empresas registou ocupação total pouco depois da sua abertura e a adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem possibilitou a implementação de várias iniciativas, no âmbito do Programa de Ação para a Capacitação dos Jovens e das Microempresas. A partir do projeto Robust Living Lab AML, surgiu a intenção de constituir uma Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, sendo o Município de Palmela, pela sua vocação agrícola, um dos fundadores. Neste contexto, realizaram-se reuniões no MARL e o primeiro encontro de produtores locais em modo bio, em Palmela.

As comemorações do Dia de Santiago, com a apresentação pública do Caminho Central Português – variante da Península de Setúbal, o colóquio "Espanha, Portugal e o Caminho de Santiago", no âmbito da Mostra Espanha, e mais uma edição do Fórum Turismo de Palmela dedicada a este tema expressam bem o empenho do Município na implementação desta nova oferta religiosa e cultural, intimamente ligada à história local e integrada numa das grandes rotas de peregrinação. São, ainda, de sublinhar, no âmbito do turismo de natureza, o sucesso do novo percurso pedestre "Jardins de Vinhas", numa parceria com adegas de Fernando Pó e a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, e da primeira edição do Arrábida Walking Festival, com a Biotrails e os municípios de Sesimbra e Setúbal. A cooperação entre diferentes agentes e territórios é determinante na partilha de experiências e criação de sinergias. Palmela reforçou a parceria já estabelecida com Silves e formalizou um novo acordo com Guimarães, tendo promovido com estas autarquias e com o município italiano de Tollo um conjunto de webinars sobre Retoma Turística para agentes económicos deste setor.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 63,1 milhões de euros, correspondem ao valor mais alto do quadriénio 2018/2021 e apresentam uma taxa de execução de 109%. Comparativamente a 2020, as receitas aumentaram cerca de 12,9 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 25,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 40,3% do total da receita arrecadada.

Os Impostos Indiretos apresentam, em 2021, um valor residual, o mais baixo em termos absolutos (241 mil euros), dos quatro anos em análise, em virtude desta receita passar a ser considerada nas Taxas, Coimas e Penalidades. O valor arrecadado é relativo a guias de receita emitidas em 2020 e cujo recebimento em 2021 teve de ser registado neste capítulo de modo à submissão dos mapas do SISAL (Sistema de Informação do Subsetor das Autarquias Locais).

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o maior valor do quadriénio (7,2 milhões de euros), em resultado da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 9,3% (+941 mil euros), resultante, no essencial, da receita proveniente da renda da SIMARSUL (+28 mil euros), da alimentação escolar (+74 mil euros), do prolongamento de horário (+15 mil euros), da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+651 mil euros) e dos transportes escolares (+72 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,9% (+807 mil euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+408 mil euros) e de

fundos comunitários (+728 mil euros). Em sentido contrário regista-se uma diminuição das verbas para a educação (-361 mil euros).

As Transferências de Capital apresentam um decréscimo de 54% (-2,5 milhões de euros). Para esta situação contribuiu o valor recebido pela contrapartida nacional (-2,6 milhões de euros).

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 5,8 milhões de euros arrecadados em 2021, enquanto que no ano 2020 não se recebeu qualquer montante.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 57 milhões de euros, mais 13,8% que no ano 2020, dos quais 34,3 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 83,3%.

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar os objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma ligeira deterioração em 2018, mas apresenta uma melhoria em 2019 e 2020. Em 2021 apresenta uma taxa de 60,2%, o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com os/as trabalhadores/as. Este indicador também apresenta um considerável aumento em 2021; passou de 129% em 2018, para 163,7% em 2021, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2018, foram gastos cerca de 129 euros em atividades e investimentos do município, enquanto que em 2021, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 164 euros.

As despesas com pessoal registam em 2021, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 1 milhão de euros (+5,2%). Este aumento é resultante, no fundamental, da aplicação de disposições legais tais como a atualização dos vencimentos das/os trabalhadoras/es (RMMG – retribuição mínima mensal garantida) e descongelamento das progressões e aumento de 2,7% do número de trabalhadoras/es (+25).

A Aquisição de Bens de Capital, registou um considerável acréscimo de 47,5% (em termos absolutos, +4,2 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (13,1 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 16 milhões de euros, comparativamente ao ano 2020, aumenta 13,5% em 2021 (+1,9 milhões de euros). Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal em virtude do alívio das restrições da pandemia: no setor educativo (alimentação escolar, transportes escolares, prolongamento de horários); na cultura e desporto (mais atividade, nomeadamente com a execução de várias candidaturas, MURAL 18, Cultura para Todos). Acresce ainda o

aumento da despesa nas áreas da higiene e limpeza urbana e conservação dos espaços verdes e zonas públicas.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos da M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2021, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,902 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, correspondendo 1,162 milhões de euros ao valor das faturas em receção e conferência e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,9 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.”

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2021, numerada DAFRH 01_09-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que como foi referido pelo Sr. Presidente e bem, trata-se de um longo documento, quase um anuário daquilo que a Câmara Municipal fez durante um ano. Tem informações muito úteis. Considera que seria bom que das próximas vezes, um documento com tanta informação para poder ser analisado e estudado ao pormenor, poder ser entregue um pouco mais cedo. Ele foi entregue na quarta-feira. Se fosse um fim de semana normal, provavelmente seria aproveitado o sábado e domingo, só que foi o fim de semana de Páscoa onde quase todos passam a maior parte do tempo com a família, com os filhos e netos, pelo que foi difícil, e, pessoalmente, não fez o estudo que gostaria de ter feito e terá de o fazer durante estes meses porque é um documento muito rico em formação. O Sr. Vereador refere que vai passar a ler a sua intervenção: “O M CCP só integrou o atual executivo municipal neste mandato, no seguimento da tomada de posse que se realizou no dia 18 de Outubro. Assim só participamos na vida municipal enquanto eleitos em cerca de 20 por cento do ano 2021 pelo que o nosso voto será de abstenção”. No entanto, tendo lido o documento em análise, como disse há pouco não com a profundidade que gostaria de ter feito, faz os seguintes considerandos e sugestões: diz-se na página dois da introdução, que houve diferentes modalidades de atendimento aos municípes. Não coloca em dúvida que houve esse esforço, mas não lhe parece suficiente. E dá exemplo de já ter recebido alguns telefonemas de cidadãos que não conseguindo que lhes atendessem os telefones indicados no site da Câmara vão à lista dos membros do executivo e dizem que o único telefone que os atende é o telefone móvel do movimento M CCP. Existe uma razão fácil de explicar a situação pois os membros do executivo sejam da maioria CDU, sejam do PS ou do PSD têm os telefones da Câmara Municipal, 26 qualquer coisa sendo que o único que tem um telemóvel é o Movimento.

Aconteceram dois casos, não diz que foram muitos, mas dois casos muito interessantes em que as pessoas se deram ao luxo de tentaram os números de telefone de todos os membros do executivo e o único que atendeu, neste particular, era um telefone móvel diferente dos da Câmara. Acredita que tenham sido feitas melhorias, mas pensa que ainda tem de se fazer um pouco mais, porque é uma queixa que existe, da dificuldade e obviamente que em tempos de covid as coisas ainda foram mais complicadas, mas vale a pena um esforço nesta área. Na página quatro da introdução refere-se que o 12.º Fórum Social Palmela debateu a estratégia local da habitação. Neste ponto o Sr. Vereador sugere que nas próximas edições o Fórum Social volte às suas raízes. Lembra que ele surgiu no seguimento do Primeiro Fórum Social Mundial que se realizou em Porto Alegre, Brasil em 2001. E para quem não se lembra o tema “um mundo melhor é possível”, significa isto voltar ao envolvimento dos munícipes e das suas organizações representativas nos problemas socioeconómicos do País, da região e do Concelho, isto porque um cidadão mais participativo e mais informado é mais cidadão. Ainda na página quatro pretende saber qual o ponto da situação da recuperação do Salão Nobre especificamente por parte das questões técnicas que se colocam naquele espaço. Neste momento há uma prestação de contas do trabalho realizado pela Câmara Municipal e quando na introdução se diz que “Palmela foi efetivamente música” e agora estou a citar “com novas edições do Festival Internacional de Saxofones de Festival Internacional de Música Palmela, terra de Cultura”, fim de citação; devia ser salientado que estes dois grandes eventos foram iniciativas respetivamente da Sociedade Filarmónica Humanitária e da sociedade Filarmónica Palmelense Loureiros. Refere que não leu tudo como já referiu anteriormente, mas leu esta parte da Cultura e a páginas 404, refere-se o Festival Internacional de Saxofones da iniciativa da Sociedade Filarmónica Humanitária. Pensa que tal deveria também ser citado na introdução, porque muita gente só vai ler a introdução, o que não é o caso dos Srs. Vereadores. Refere ainda que apesar da Câmara Municipal apoiar e muito estas iniciativas culturais das coletividades e das associações, é importante dizer de quem é a iniciativa, neste particular destas duas instituições, algumas nas Festa das Vindimas da Associação das Festa das Vindimas, etc; encontra-se ainda referido que “decorrente do plano local de adaptação às alterações climáticas foram plantadas árvores” e na página 382 verificou-se que, na realidade foram plantadas apenas 97 árvores. A pandemia, neste caso e neste ponto não é culpada, pois verifica-se que em 2018 e 2019 foram plantadas, respetivamente, 116 e 117 árvores. O valor é relativamente o mesmo, querendo com isto dizer que pensa ser muito pouco, isto considerando a situação climática que todo o planeta está a atravessar. Verifica também, e olhando para os números, que a área ajardinada no maior aglomerado populacional que é o Pinhal Novo, continua com a mesma área verde, exatamente a mesma área ajardinada em metros quadrados, a mesma área que em 2018, o que significa que nestes quatro anos, olhando aos números, mais uma vez diz que não houve investimento em novas zonas verdes. Refere ainda o Sr. Vereador que tinha mais uma questão, mas como o Sr. Presidente há pouco na introdução já especificou, acerca da subdivisão das dívidas de 4,9 milhões de euros de dívidas à Câmara,

mas já respondeu e como tal não se justifica nova pergunta. Considerando o pouco tempo que teve para analisar o documento e o facto de estar no executivo durante 10 meses do ano de 2021, deixa as questões que em nome do MCCP apresentou.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que se trata de um documento exaustivo. Não vai repetir algumas das questões que o Sr. Vereador Carlos Sousa referiu e algumas que o Sr. Presidente, antecipadamente, referenciou mas sublinha que num documento com esta relevância e que é, no fundo, a radiografia daquilo que foi o trabalho, ou não foi, durante o ano de 2021, tendo vindo a uma quarta-feira com um fim de semana como é o fim de semana da Páscoa, ainda por cima neste caso que houve a antecipação da reunião de câmara para uma terça-feira, quando costuma ser à quarta-feira, dificultou um pouco mais a análise que se pretendia fazer de maior exaustividade, mas ainda assim, cumprimenta os técnicos da autarquia que elaboraram o documento daquilo que é de trabalho da autarquia. Sublinha a necessidade de fazer aqui um exercício de olhar para vários mapas, porque umas vezes compara-se o orçamento inicial com o orçamento executado, depois o corrigido com o executado e, fica-se sempre um pouco sem saber o que é melhor em alguns casos. Refere o Sr. Vereador que já percebeu que o Sr. Presidente opta sempre por aquilo que é melhor para o próprio da leitura que deve ser feita. Refere que não vai fazer a injustiça de olhar só para aquilo que é mau pois há coisas importantes que aqui foram conseguidas. Refere uma questão que é indiferente ao que é o orçamento inicial e o que é o orçamento final e que tem a ver com a questão da arrecadação de receitas e que, no caso concreto dos impostos diretos, em que havia uma previsão de vinte e três milhões, setecentos e vinte sete mil euros, houve uma arrecadação de vinte cinco milhões quatrocentos e três, portanto, uma arrecadação maior nestes doze meses do ano de 2021, sendo aliás a receita mais alta na ordem dos sessenta e três milhões do mandato 2018/2021. Superou em quase 13 milhões o ano de 2020 pelo que a autarquia é boa a arrecadar dinheiro sendo o seu problema depois gastá-lo e ser eficaz e célere em gastá-lo. Refere, quanto à despesa corrente, que teve uma execução acima dos 80%, mas o grosso, o pagamento com o pessoal em que a execução é mais fácil; relativamente à despesa de capital houve uma execução de 90% face ao que era previsto inicialmente, quando se apresentou orçamento em final de 2020, em Dezembro de 2020, mas depois relativamente ao orçamento que é corrigido e sabe-se que o orçamento é muito corrigido durante o ano, só se ficou, na despesa de capital, com uma execução na ordem dos 65% e sabe-se que é aqui que está, na despesa de capital, aquilo que é a despesa produtiva de investimento de melhoria das condições de vida das populações. Exemplifica, naquela que é o investimento propriamente dito, relativamente ao orçamento inicial, executou-se 88%, sendo esta uma boa taxa de execução, sendo que o problema, fazendo-se várias correções ao longo do ano, houve uma correção de execução de 62%, ou seja, bastante abaixo. Quanto aos rácios, o Sr. Presidente já aqui falou, houve rácios que subiram, por exemplo, o da despesa total com pessoal face às receitas correntes é de 46%. Os impostos diretos, as receitas totais passam a população, ou

seja, há rácios que sobem; há rácios na eficácia; na receita recebida face à receita orçamentada o rácio sobe 69%, um bom rácio, mas depois quando há despesa paga face à orçamentada o rácio desce face ao ano anterior, vai para 83%. No investimento pago face ao investimento previsto o rácio desce face ao ano de 2020, 62% por cento e a execução das GOP, relativamente à execução e relativamente ao previsto também desce face ao ano anterior de 77%. Em 2020 havia uma execução das GOP de 80,8% e passou-se para 77,1%, é uma descida menor, mas está quase dentro da mesma linha; onde se verifica a pior execução é claramente na habitação sendo que foi aqui aprovada a estratégia da Habitação e foi uma questão muito debatida; falou-se muito na Habitação durante este mandato. Relativamente ao orçamento inicial a execução é de 34% e depois em relação ao corrigido é de 30%; relativamente aos Transportes e Comunicações que, inicialmente era 17,5% e depois para 7,5%, sendo que aqui se sabe que tem muito a ver também com a questão dos Transportes da Área Metropolitana de Lisboa e não só a parte das Comunicações. Quanto às funções gerais refere o Sr. Vereador que existem alguns números de execução que lhe dão algum alerta, por exemplo, a execução no item "qualidade e modernização" que é bastante necessária e recorrentemente fala-se na questão das pessoas que têm dificuldade em dirigir-se aos serviços, que têm demora nas respostas e pensa que nunca, como em 2021, recebeu tantas reclamações, tantas mensagens, tantos e-mails de munícipes que não conseguem contactar os serviços ou que não conseguem ter resposta às questões levantadas, mas verifica-se que, relativamente ao que estava previsto nas GOP para o item "qualidade e modernização" só se executou 29% daquilo que tinha disponível; já em 2020 tinha sido mau, tinha sido 27%. Refere ainda que apesar dos problemas que existem e que são conhecidos por todos, a aposta na qualidade e na modernização fica muito aquém do desejável. Na questão da habitação, que já anteriormente falou, na execução nesta matéria, refere que o centro histórico de Palmela continua com uma execução baixa, de 29,7%, bem abaixo do que aconteceu em 2020. Na infraestruturação geral, no item "saneamento" a execução é de 41% e quanto a um assunto recorrente, que muitas vezes se fala, quer pela senhora vereadora Fernanda Pésinho quer por outros vereadores, falou-se da grande campanha, na necessidade da Educação e dos projetos de promoção ambiental e tudo mais, mas olha-se para a execução orçamental e verifica-se que do dinheiro disponível para projetos de promoção ambiental, foi executado 34%, ou seja um terço. Refere que já no ano passado tinha sido mau. São maus anos consecutivos a acumular sobre os mesmos itens sendo que esta situação não traz melhoras, quer no caso da qualidade e modernização da máquina administrativa, quer no caso da promoção ambiental. Quanto às funções económicas, foi um ano importante em que o papel da autarquia devia ser ajudar e puxar por aqueles que sofreram muito com a pandemia e ainda sofrem, e com alguns períodos longos do ano em 2021 em que mais uma vez houve confinamento e que se verifica, por exemplo, melhoria da rede viária municipal, mas continua nos 66%, muito aquém, ainda por cima com as necessidades que existem. Exemplifica com o Comércio e Turismo verifica-se 41% de execução na parte das GOP e no turismo em especial 37%. O plano plurianual de

investimentos tem uma execução inferior a 2020, foi de 62% e é a própria autarquia que reconhece que teve uma execução inferior a 2020 que já não tinha sido nada de transcendente, tinha sido de 70%. Relativamente ao plano de investimentos, questiona o Sr. Vereador, tendo já percebido que terá de se aguardar mais uns tempos pelo fim das obras da Ribeira da Salgueirinha, porque não se percebe em que ponto é que está, qual a fase de concretização e o andamento das obras do Salão Nobre dos Paços do Concelho. Relativamente ao tema da saúde e à promoção da saúde, refere o Sr. Vereador que gosta sempre de o referir porque o preocupa, nomeadamente, homens e mulheres que no dia a dia executam aquilo que são as deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal em alguns casos, existem muitas páginas em que se fala da promoção da saúde, promoção da saúde interna dos trabalhadores da autarquia, saúde ocupacional e medicina do trabalho. Refere o Sr. Vereador que não viu nenhuma referência, o que lhe pode ter escapado mas não havendo, pretende chamar a atenção pois é um problema complexo, dos dias atuais não só dos trabalhadores mas da população em geral muito por força da situação vivida de dois anos consecutivos de pandemia, com muitos tempos de isolamento, mas que tem a ver com a questão da saúde mental, essa avaliação que em termos de saúde ocupacional e se a Medicina do Trabalho deve ser feita pelos serviços da autarquia, aliás deve ser feita por todos porque os índices nesta matéria pioraram muito no País, o que é normal, tendo em conta dois anos muito complexos que se passaram mas enquanto decisores políticos têm que agir sobre esta matéria. Refere ainda o Sr. Vereador que se verificou um aumento da taxa de incidência de acidentes de trabalho que passou para os 5,5% sendo normal pois foi um ano com mais atividade física do que presencial de 2020, mas ainda assim superou 2%, subiu face a 2020, mas também subiu face a anos anteriores em que não havia esta questão dos confinamentos e de todos os problemas associados. Refere também que houve um aumento do número de dias de ausência. Relativamente aos acidentes de trabalho, mais 7%, 2501, bem como relativamente aos acidentes de trabalho que também houve uma subida do número de acidentes de trabalho que passaram para 52, isto pode ser depois verificado na página 312 do relatório. Finalmente, refere que nota que houve uma diminuição das horas de formação e uma diminuição grande face aos anos anteriores; as horas de formação que foram 3655 durante o ano de 2021, quando em 2020 foram 6246 horas de formação, situação que foi quase para metade, e se se comparar com 2019 é quase um terço das horas de formação ministradas, mais uma vez a atualização e modernização, acompanhamento e depois vê-se o reflexo em muitas das questões que aqui são colocadas. Refere também o Sr. Vereador uma questão que também foi muito falada durante o ano de 2021, relacionada com a subida da reparação de roturas na rede de abastecimento de água, pois foram 392. Há uma subida de 11% face a 2020, em termos de número de reparações feitas significa que por um lado os serviços atuaram mais, mas também significa que as ruturas foram maiores e continua a existir a preocupação, no caso do núcleo urbano onde há mais pressão urbanística por força do número de pessoas que lá vivem que é o Pinhal Novo e tem a

ver não só com as ruturas como também com o açude, que também muitas vezes é falado nas reuniões que é a questão da pressão da água naquela freguesia.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que a explanação que o Sr. Presidente fez como sempre foi exaustiva e tentou ao pormenor esclarecer com a qualidade, que mais uma vez é demonstrada pela qualidade técnica e profissional dos técnicos que nas autarquias são responsáveis, nomeadamente o Dr. Paulo Pacheco pela apresentação do documento. Reforçando o que já foi dito, o documento é tão exaustivo que para merecer uma análise muito pormenorizada, teria de haver mais tempo. Foi uma época de Páscoa, caiu tudo mal até porque simpaticamente, como sempre e bem, atenderam ao pedido para se antecipar a reunião, mas houve alguma dificuldade num documento tão extenso e tão pormenorizado em fazer uma análise também ela extensa e pormenorizada. Salienta aqui aspetos que já foram ditos mas que pretende reforçar, sendo o aspeto mais significativo o aumento das receitas, mas que também é significativo dentro dessa receita as questões de IMI que durante muitos anos, foi um imposto difícil de mexer e que, finalmente todos concordaram que era necessário fazê-lo e reduzi-lo, como vinha sendo feita referência, que não é pela sua descida, antes pelo contrário, que a autarquia perde capacidade de investimento e perde capacidade de fazer aquilo que é necessário porque as receitas andam na casa dos 11 milhões, aumentou até em relação ao ano passado e espera que, pela dinâmica da construção no Concelho que os próximos anos este imposto possa chegar aos zero trinta para depois, sem pôr em causa aquilo que sempre se disse em relação às contas da autarquia, serem mais justos para com famílias. Existem de facto aumentos enormes de algumas receitas, o IMT, em relação a 2018 até 2021 passa de 5 milhões para 9 milhões, sendo realmente um aumento significativo. Refere que já foi explicado e bem pelo Sr. Presidente, estando plasmado no documento que há um aumento enorme das taxas, coimas e penalidades que cresceram de 879 para 7 milhões, já se percebeu o porquê, mas é conjuntural, mas aconteceu e isso demonstra que o aumento da receita depois naquilo que é a execução no plano das despesas, se calhar não foi de facto o melhor e que poderia ter sido bastante melhor. Alguns aspetos que também parecem importantes ao Sr. Vereador relacionam-se com as dinâmicas económicas e com o potencial de recuperação da economia em relação àquilo que foram os anos de pandemia que são, nomeadamente, os novos licenciamentos, os loteamentos, obras quer de empresas, quer de privados, a própria recuperação no centro histórico onde se nota uma maior dinâmica da parte dos privados. Refere ainda o Sr. Vereador que existe um aspeto que poderá ser melhorado e lutará sempre por isso que são as transferências do Orçamento do Estado que já têm hoje um peso significativo na autarquia e que tem vindo a aumentar assim como o dos fundos comunitários; considera que vale a pena concorrer aos fundos comunitários, vale a pena apresentar os projetos, vale a pena ter um governo que cumpra melhor as suas obrigações para com as autarquias, apesar de ainda haver caminho para fazer e estarão nessa luta para que esse caminho seja feito de facto, mas é também perceber-se, apesar de alguns não estarem muito

contentes com a nossa integração na União Europeia, é através da integração na União Europeia que hoje se pode ir aos fundos comunitários, através dos diferentes programas e melhorar a qualidade de vida no Concelho. O Sr. Vereador chama ainda a atenção para um aspeto que lhe parece importante, relacionado com o IRS, sendo que há uns anos havia a postura de reduzir a percentagem de IRS que cabe à autarquia e depois mudou-se um pouco posição no sentido de que esse investimento, a recolha desse montante fosse essencialmente uma aposta nas funções sociais e que pudesse, de facto, corresponder àquilo que eram as maiores necessidades daqueles que mais precisam; esse crescimento notou-se, em 2018 a 2021, a percentagem que cabe à autarquia de IRS cresceu quase um milhão e de facto, se esse comportamento continuar em fase ascendente e se, conforme se verá mais à frente, nas funções sociais continuar a não haver, nomeadamente, uma execução que considera fundamental haver, tem que se fazer um esforço para aumentar essa capacidade de execução, nomeadamente em determinadas áreas, pelo que em 2022 podemos ter que rever a nossa posição em relação a este imposto do IRS. Relativamente à despesa pretende o Sr. Vereador chamar a atenção para algumas situações que lhe parecem mais preocupantes. Quanto às funções sociais salienta o problema da execução, que podem parecer baixas, mas há uma dotação na habitação de um milhão e setecentos e um mil, pagamento de 536, execução de 30%, existem problemas que estão plasmados no documento que aqui se aprovou como estratégia local de habitação e tem de se começar a planear esse trabalho e executar porque em termos habitacionais, as pessoas que necessitam, os jovens também e há que aplicar o que o que foi aprovado, mais depressa, melhor e que responda às necessidades atuais porque corre-se o risco de se ter uma boa estratégia local de habitação e ter não a sua aplicação, não a haver execução e continuar a não dar respostas às necessidades das populações. O Sr. Vereador chama ainda a atenção para as questões do Comércio e Turismo onde se continua a ter uma execução abaixo dos 50% e uma execução total nas funções sociais ainda à volta dos 77% pelo que considera o Sr. Vereador que esta é uma área a melhorar bastante havendo que fazer todos um esforço para que quer os escortinados, quer a autarquia que executa estas funções sociais sejam não só uma perspetiva, não só uma vontade mas uma situação que merece que se leva a concretizar aquilo que as pessoas mais necessitam. Refere ainda que nas funções sociais há um aspeto preocupante que é, sobretudo o que foi executado na área da qualidade e modernização, formação e informação, que está abaixo dos 30%, está na página 43 e sem queres esmiuçar o pormenor, no global é preocupante porque é algo que tem a ver com a capacidade de resposta e capacidade de formação de dotar os colaboradores, trabalhadores da Câmara com mais ferramentas, modernizar o conhecimento, modernizar a ação, qualificar essa ação e com isso melhorar a resposta ao munícipe que procura a autarquia, sendo que é isso que todos querem, é isso que está nos trabalhadores porque mais à frente no lugar onde se fala eficiência nota-se uma melhoria muito significativa da qualidade do trabalho feito, da qualidade dos colaboradores, dos trabalhadores, daqueles que, no dia a dia são a cara, o rosto da autarquia, mas é preciso mais, é preciso trabalhar mais nesta área que lhe parece

muito significativa para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores da autarquia. Nas funções sociais existe a questão da habitação que já se falou, também a questão do ordenamento que está muito focada na questão do plano diretor municipal e o desporto da escola tem uma execução bastante baixa em resultado dos períodos em que a escola esteve fechada justificando-se esta percentagem tão baixa, mas muito baixa em relação àquilo que eram as dotações e o que foi executado que foi de 3.65. Relativamente à questão da redução das transferências do Estado na área da Educação refere o Sr. Vereador que o Sr. Presidente já explicou a razão e que também se relaciona com a questão da pandemia e das escolas terem estado fechadas. Ainda nas funções sociais, refere o Sr. Vereador que também é preocupante e que já foi referido aqui pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, os projetos de promoção ambiental que têm uma execução de 34,49% e que porventura estará também ligada ao encerramento das escolas e isso pode justificar em parte esse valor, que não sendo residual em termos de percentagem, é residual em função das necessidades do que é preciso fazer pelo que seria interessante que este ano, no próximo ano letivo se pudesse recuperar já este atraso neste campo tão importante que é mudar hábitos, e educar sobretudo para a cidadania, para os valores e, sobretudo para aquilo que são as boas práticas. Quanto aos equipamentos culturais, 59.18 sendo preocupante a questão do aquecimento e do ar condicionado do São João pois as pessoas continuam a queixar-se das condições da sala nesse aspeto, sala que é o ex-libris; relativamente a programas e projetos municipais, pensa estar também relacionado com a questão da pandemia, pensa que sim e espera que seja recuperável no próximo ano. Quanto aos rácios, refere o Sr. Vereador, tal como o Sr. Vereador Paulo Ribeiro também referiu, e o Sr. Presidente também, sendo que anteriormente falou por alto na questão da eficácia e da eficiência e produtividade considera preocupante a questão das GOP's e do executado. O que foi executado e o que foi previsto sendo atingido o valor mais baixo desde 2018 a 2021 e isso parece preocupante pois está-se numa altura em que há que intensificar a capacidade de gastar aquilo que existe para gastar, de fazer aquilo que há para fazer, para dar respostas, porque se sabe hoje e hoje existe a noção que fazer amanhã vai ser muito mais caro e vai ser muito mais complexo e complicado fazer aquilo que não foi feito pelo que tudo aquilo que foi adiado e tudo aquilo que não foi feito, e há muita coisa que não foi feita e que podia ter sido feita ou, pelo menos podia ter sido lançada, vai sair mais caro aos munícipes, aos contribuintes, à autarquia e é um problema que tem de ser pensado no futuro, hoje e já; como foi referido pelo Sr. Presidente e bem há uma parte da receita que foi conjuntural, pode não se repetir ou se se repetir em parte será em percentagens menores e será mais difícil; ir à banca hoje buscar dinheiro é mais caro e vai ser mais caro e isso tem a ver com aquilo que se andou a dizer à uns anos "vá à banca que o dinheiro está barato", para fazer investimento naquilo que é necessário, porque realmente existe capacidade de endividamento, é suposto fazê-lo moderadamente com transparência como tem sido feito. Refere o Sr. Vereador que não faz críticas à gestão financeira mas faz críticas, claras e objetivas, às opções tomadas sendo essas que pecam por ineficácia e pecam por alguma incapacidade de prever, e volta-se ao princípio, não existe uma

estratégia para o Concelho bem definida e bem feita, devidamente estruturada num plano estratégico sendo que há anos que se fala nisso; outro dia na Assembleia Municipal foi falado esse assunto e são cada vez mais pessoas a notar que, de facto, é necessário mais do que intenções, do que a palavra “estratégico”, é necessário um plano, um documento que defina claramente o caminho e aquilo que se quer fazer, como é que se vai fazer e quando é que se vai fazer. Verifica-se ainda uma execução financeira do plano plurianual que fica na casa dos 62% e que o preocupa pois reduziu em relação a 2020, sendo que a pandemia não explica tudo e é preocupante pois relaciona-se com aquilo que acabou de dizer: criar uma estratégia, criar um plano de ação, pois isto é mais que um plano eleitoral, gerir é mais do que aplicar programas eleitorais, é sobretudo ter a noção de que em cada momento e nos momentos seguintes, na análise dos problemas, tem de haver uma resposta diferenciada porque o que foi ontem o mundo tem mostrado, nos últimos 6 meses, que as coisas são hoje bem diferentes e como vão ser daqui a um ano não se sabe, mas existe a noção clara que não vai ser igual e que, se calhar, vai ser muito pior. Refere o Sr. Vereador que o seu sentido de voto será a abstenção, sendo natural pois este não seria o seu orçamento, não seria o seu relatório de contas, sobretudo porque falta aqui muito do que deveria ter sido feito e não está feito e sente-se que existe aqui um problema com o rigor e com a transparência, que existe um problema com as opções e na forma como essas opções são postas no terreno sendo isso que os diferencia, é por isso que vão lutar, porque foi esse o fator diferenciador que o faz estar aqui, para olhar o Concelho no futuro e no presente de uma forma diferente e com novas respostas.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que a prestação de contas em análise revela que o Município de Palmela teve uma gestão de recursos planeada, rigorosa e cautelosa e evidencia que o Município tem uma situação financeira equilibrada, que é um Município de boas contas, que investiu, que fez obra, que respondeu às expectativas dos seus munícipes. Os Srs. Vereadores fizeram várias leituras sobre os números, naturalmente da forma que mais lhes interessou mas é inequívoco que o Município apresentou uma boa taxa de execução da receita, uma boa taxa de execução de pagamentos, é um Município que tem a sua capacidade de endividamento controlada; é um Município que até revelou a capacidade de auxiliar outros Municípios numa situação financeira de rutura como o comprova um milhão de euros que ao longo dos anos se tem vindo a assumir referente ao fundo de apoio municipal que conheceu este ano a última tranche e só tendo uma boa situação financeira o Município pode ajudar outros Municípios que não têm essa mesma situação que se conhece; pretende o Sr. Vereador sublinhar estes aspetos num ano que foi muito difícil e que não é possível avaliar o desempenho do Município sem o inserir no quadro de uma grave crise pandémica que impulsionou que o Município tivesse de redesenhar e reinventar novos processos, métodos de trabalho e realizado de uma outra forma, de uma forma criativa, os seus eventos em parceria com várias instituições. Foi uma crise pandémica que exigiu coragem, exigiu decisão, energia da equipa do executivo municipal, mas, sobretudo dos trabalhadores do Município que

cumpriram exemplarmente a sua missão de serviço público. Exigiu também este ano muita concertação, muita parceria, muito trabalho de proximidade e muito apoio aos munícipes, aos agentes culturais desportivos sociais e económicos, exigiu marketing, relação permanente com os bombeiros, com as forças de segurança e pode-se dizer com toda a confiança que foi cumprido o dever de auxiliar pessoas, instituições e empresas com uma estratégia de curto prazo, respondendo de imediato àquilo que foram as necessidades que a pandemia foi colocando, mas não deixando de trabalhar numa lógica de médio prazo ajustando, adequando o rumo da atividade municipal já a pensar numa fase pós pandemia. Refere o Sr. Vereador que a exigência em 2021 não diminuiu, a criatividade não baixou, antes pelo contrário, subiu a exigência, cresceu a criatividade e os resultados foram bons para um período tão mau da vida coletiva pelo que não acompanha algumas avaliações do trabalho do Município que aqui foram feitas, nem acompanha algum negativismo, algum pessimismo e até a descrença que foi manifestada pelos Srs. Vereadores. Respondendo a algumas às questões concretas que foram colocadas pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa, no que concerne ao atendimento refere que está a ser desenvolvido um esforço no sentido de, e está mesmo em curso e praticamente a ultimar, a aquisição de uma nova central telefónica com outras valências que irá permitir dar uma resposta diferente no atendimento aos munícipes, mas também é fruto da pandemia, fruto de haver dificuldades de atendimento aos munícipes, estes recorreram com maior frequência aos meios telefónicos sendo que esta área do atendimento foi recentemente reforçada com mais dois trabalhadores e acredita-se que a capacidade de resposta será diferente a muito curto prazo, de qualquer forma, cresceu e cresceu bastante como pode ser visto no relatório o número de atendimentos telefónicos; o número de atendimentos presenciais ficou bastante condicionado com a pandemia, mas pretende sublinhar que também aqui houve esforço, empenho e dedicação dos trabalhadores da autarquia que tudo fizeram para responder cabalmente àquilo que foi a procura dos serviços por parte de cidadãos, instituições e de empresas. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, refere que fez uma leitura dos números que é a mais conveniente para o próprio, situação a que já estão habituados, sabendo que existem várias formas de o fazer, mas pretende dizer ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que é muito injusto a referência que fez quanto à saúde ocupacional pois foi esta que, no ano que passou, das áreas da Câmara que esteve na linha da frente no apoio não só aos trabalhadores, mas, sobretudo às instituições sociais e culturais, ao tecido económico e com uma equipa reduzida. Pede ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que olhe com atenção para o trabalho que foi desenvolvido por esta equipa e vai certamente mudar a opinião que referiu. Quanto à questão concreta da saúde mental refere o Sr. Vereador que está a ser feito no momento um inquérito que visa concretizar um diagnóstico não só relativamente às questões da saúde mental, mas, sobretudo relativamente a outras patologias importantes, como doenças do coração, das doenças ligadas à obesidade e estando este diagnóstico a ser feito, permitirá mais tarde adequar as medidas que são necessárias para responder àquilo que foi identificado, encaminhando depois os trabalhadores para os serviços de saúde ocupacional, para os

médicos, enfermeiros e em última instância para o Serviço Nacional de Saúde. Quanto à taxa de acidentes de trabalho existe um crescimento pouco significativo, embora todos os acidentes de trabalho sejam de evitar e causam sempre preocupação quando acontecem, estando a falar num horizonte temporal de 2020 para 2022 de mais 8 acidentes de trabalho. Quanto às horas de formação refere que houve condicionamentos provocados também pela pandemia, houve menos horas de formação, mas houve mais ações de formação significando que houve ações de formação mais curtas e mais reduzidas, sendo este um dado que lhe parece importante sublinhar. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Vereador Raul Cristóvão refere o Sr. Vereador que é verdade que as transferências do Orçamento do Estado cresceram, mas não cresceram assim, tanto. São valores ainda muito residuais e que gostava de ouvir o Sr. Vereador falar do cumprimento da Lei de Finanças Locais e aí sim, estar-se-ia a falar de um valor significativo.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** refere que relativamente à questão levantada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, acerca das transferências do Orçamento de Estado, que este não esteve com atenção, apresentou uma resposta formatada, mas não foi o que disse; porque o que disse foi que aumentaram e bem, não quantificou e disse que havia ainda muito caminho a fazer e que está solidário para continuar a exigir um melhor cumprimento da Lei, tendo sido isto que disse. Pede desculpa pela interrupção, mas quis repor a verdade dos factos.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que houve esse crescimento, saúda essa disponibilidade e espero que tenha tradução não só aqui, mas também no plano da Assembleia da República porque efetivamente quem lá está é do mesmo partido e é maioritário do Sr. Vereador Raúl Cristóvão. Refere o Sr. Vereador que esta questão não é uma questão de agora, nem de ontem, nem de hoje, é uma questão de há muitos anos; há muitos anos que a Lei de Finanças Locais não é cumprida e se fosse cumprida os valores falados seriam completamente diferentes relativamente aos orçamentos municipais das várias autarquias, não só de Palmela, mas do País. Relativamente à questão da execução orçamental na área do Turismo refere o Sr. Vereador que gostava que os restantes Vereadores tivessem um outro grau de análise do relatório de contas pois de acordo com o que está escrito na página 430 do relatório estão explicadas as razões do nível de execução orçamental nesta área do turismo e que tem basicamente a ver com a candidatura do projeto para a Arrábida onde houve dois concursos e um ajuste direto desertos no valor de 600 mil euros, pelo que existe explicação. Salaria que Palmela tem cada vez mais projetos na área do turismo que são distinguidos, são reconhecidos a nível nacional e internacional, e que tal não é por acaso, existem eventos que têm cada vez maior adesão por parte da população, mas também de visitantes e turistas, sendo exemplo disso recente o Festival Pão, Queijo e Vinho que voltou a ser um êxito extraordinário; não é por acaso que Palmela está nos grandes fóruns de decisão, ou melhor na direção dos grandes fóruns de decisão em matéria de desenvolvimento turístico e mais ligada ao enoturismo como é o caso da Rede Europeia de Cidades do Vinho ou da Associação de Municípios de Cidades do Vinho, da própria Associação Mundial de Enoturismo onde Palmela está na Direção sendo que

isto significa a divulgação, a promoção do território, a promoção dos produtos locais e a aposta naquilo que é o desenvolvimento turístico. Tal não se mede em palavras, mede-se em resultados e os resultados dizem que a estratégia é uma estratégia que tem chegado a bom porto e recorda que 2019 foi o melhor ano turístico de sempre e isso não aconteceu certamente por acaso.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que relativamente à questão concretamente colocada pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa, que a propósito do documento questiona com legitimidade, qual é a fase em que se encontra as obras do Salão Nobre, dá nota a Sra. Vereadora que estão os tetos recuperados e concluídos e as paredes parcialmente; trata-se de uma obra muito minuciosa e complexa, que parte do edifício é semienterrado, tendo tido acompanhamento e levantamento arqueológico prévio, mas que está a dar frutos e que pode ser visitado quando assim o entender. Relativamente à questão de plantações, números de árvores, não deixando de corroborar aquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Raúl Cristóvão que há uma diminuição da atividade em 2020 relativamente ao não envolvimento das escolas, mas tal não significa que não se tenha que ter um olhar atento e de cruzar a informação que o próprio texto tem em várias áreas, não se pode só ler a parte do gabinete do ambiente quanto ao número de plantações, que tem a ver, muitas das vezes, com a própria gestão corrente de reposição de caldeiras, mas por aquilo que é feito ao nível também das obras no espaço público e que, em termos de opção, está-se a requalificar também em termos paisagísticos com colocação de árvores de espécies endógenas, ou seja, para além destas plantações que tem a ver com aquilo que é gestão corrente do Município e eventualmente simbólicas das ações das efemérides, há todo um olhar integrado e transversal para o espaço público e todas as obras públicas estão a acrescer a esse número também com plantações endógenas, sendo disso exemplo o Jardim de Cabanas. Relativamente à questão do PLAAC refere a Sra. Vereadora que a preocupação do Sr. Vereador é também a preocupação do executivo e, por isso, no próprio compromisso de mandato, estão previstos novos espaços verdes já identificados e existe também aquilo que já foi anunciado aqui que é o olhar para o espaço público de forma integrada com requalificação dos mesmos e, entre elas a cortina arbórea, por exemplo no loteamento Vale Flores; um olhar transversal que a autarquia enquanto estratégia está a adotar e quando assim é não se pode cingir só à componente e à parte do gabinete do ambiente, sendo necessário fazer a leitura transversal do documento. Quanto à questão do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, está a questão parcialmente respondida quanto ao Salão Nobre, mas tem ainda a acrescentar a Sra. Vereadora, relativamente ao edifício dos Paços de Concelho que julga que também terá aludido, uma execução de 48%, com toda a complexidade que tem existido com esta obra, as dificuldades da própria empresa em termos de aquisição de material, de acompanhamento técnico por parte do diretor técnico (que levou recentemente à sua substituição por parte da empresa) e decorre neste momento a execução do projeto de eletricidade. Relativamente às questões da promoção ambiental que também foi invocado por

dois vereadores, a Sra. Vereadora refere que a diminuição da atividade é um dos motivos, contudo, não se pode olhar para o documento também só para aquilo que é a despesa financeira que está refletida mas todo o trabalho do gabinete do ambiente que, em articulação com o gabinete de comunicação desenvolveu e que não tem reflexos em termos financeiros, dando como exemplo o “Dia da Construção Sustentável”, os folhetos à descoberta das plantas da Serra do Louro, sendo tudo projetos de educação e promoção ambiental que não tiveram expressão financeira; os painéis informativos sobre espécies autóctones e sobre a sua importância e sobre as espécies invasoras, a campanha dos óleos alimentares usados que também se fez no site, a dos monos e verdes que também se fez, a do amianto, pelo que o facto de não ter expressão financeira, não significa que as matérias não tenham sido trabalhadas em concreto e diz que quer que fique registado. Quanto às roturas a Sra. Vereadora refere que, em questão levantada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, que sem dúvida elas existem e, por isso, a canalização do investimento municipal em termos de priorização para aquilo que é o trabalho de remodelação das condutas, pois quando se está num Concelho que nos aglomerados urbanos, tem a rede de abastecimento em 100% e fora dos aglomerados a 97%, o trabalho é mais para a remodelação que, infelizmente, não tem reflexo aqui porque os quadros não têm uma linha sobre as remodelações, mas dá nota que este ano de 2021 foi de 1680 e tal metros, portanto, em 2020, 936, em 2019, 866 e em 2021, 1605 metros daí ser uma preocupação do Sr. Vereador, também do executivo e por isso a priorização do investimento para a área das remodelações. Quanto à Frente da Salgueirinha, questão aludida aqui pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, a Sra. Vereadora refere estão na frente do AT1 do Vale do Alecrim e no AT7 Vila Paraíso, na AT8 da Rua Infante Dom Henrique, hoje as passagens hidráulicas estão todas concluídas neste momento e está na fase de execução dos taludes em gabiões e colchões.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a intervenção do partido foi feita pelo líder da sua bancada, pelo que falará de questões pontuais que decorrem da leitura do documento onde muito foi focado e começa por abordar o assunto que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho desenvolveu, fruto também da intervenção e da interpelação do Sr. Vereador Carlos de Sousa, referente às tabelas referidas na página 332 que dizem respeito às brigadas de jardineiros e resumem-se aos perímetros urbanos que, no seu entender, não é a melhor zona para se avaliar a plantação de espécies autóctones porquanto, diz a experiência que o que tem havido em termos de herança e de urbanizações e de espécies autóctones que se devolveram foi, em muitos casos, ter de se proceder à sua retirada face às características das árvores pelo que adequar a espécie ao local dentro do perímetro urbano e à própria vivência do local é importante, não existe um peso maior nesta questão nem se está a referir por já ter sido presidente da autarquia e que muitas das vezes serem dessa altura, porque também foi um conceito que foi evoluindo pelo que consegue colocar esse contexto de igual forma que em relação aos espaços ajardinados, sendo o Pinhal Novo a freguesia mais pequena e a que tem a

maior área de espaço ajardinado, apesar de se ter mantido a mesma, refere que a questão foi de planeamento, o perímetro foi definido, as áreas estão ocupadas e não é possível fazer aumentos muito grandes, o que se tem feito é acabar com algumas mais pequenas em termos de canteiros e outras oportunidades como esta, que não tem a ver com espaços ajardinados, tem a ver com algo que é do gabinete do ambiente e que foi referido, esta cortina arbórea que apanha Vale Flores no contrapé que se conhece há mais de uma década, havendo uma oportunidade, um conceito novo e ainda bem que a autarquia o está a acomodar; de qualquer maneira percebe a intenção e considera que caminham todos nesse sentido. Clarifica ainda o Sr. Vereador que esta tabela diz respeito aos perímetros urbanos e espaços concretos e definidos e a relação que foi feita, às vezes sendo justa e legítima pode, por vezes não coincidir. Relativamente à questão do atendimento e à comunicação da parte do site e com o que consta do relatório considera uma proposta de melhoria. Considera que quanto aos meios digitais a maior riqueza que têm são os dados que produzem existindo questões que perduram em termos do atendimento pois houve uma redução muito grande no presencial e se recuperou, mas estes atendimentos foram para algum lado. Alguns deles chegam por email para toda a gente, outros chegam por Messenger, refere que não entendeu muito bem a questão dos telefones e dos acessos aos vereadores, pois o Sr. Vereador tem números diretos e divulgados, falando por si, do gabinete, mas chegam-lhe também coisas por Messenger, tal como a todos os eleitos até pela forma como comunicam em termos de trabalho; considera que a acessibilidade existe, existem também os meios formais criados para esse efeito na autarquia que é por onde chega o maior volume mas no desespero as pessoas agarram-se a quem podem; refere que fez um atendimento no seu número, era o Sr. Fernando que lhe disse de imediato que viu o número de telefone no Facebook, que nem se lembrava que o tinha posto no Facebook mas entende que assumiu uma tarefa e não se deve esconder, deve estar contactável mas depois existe a questão de saber se se consegue ou não lidar com o volume de contactos. Em termos de dados digitais do site e dos meios digitais existente o plano sugere melhorias, existem acessos de forma geral e nem se percebe se são únicos, se voltam, quanto tempo, não permite aferir até que ponto um site que, visualmente aparentemente parece estar melhorado se está a traduzir melhores resultados e também fazer estas relações com o atendimento em relação às áreas reservadas do site e dos atendimentos digitais; considera que o relatório ficou mais ou menos parado no tempo em relação ao modelo, mas que fica o desafio, não havendo nenhum drama pois o caminho faz-se caminhando; deixa o desafio de se melhorar e poder perceber todos esses dados e dar imputes e tirar as conclusões da forma mais completa possível.

O **Sr. Presidente** refere que, relativamente aos contactos telefónicos e a eventuais dificuldades não existe nesta organização qualquer coisa atípica ou diferente daquilo que existe noutras organizações, em particular, neste contexto, dos últimos dois anos. Os números confirmam precisamente o esforço para não perder o contacto com os munícipes; existem

dificuldades que são pontuais, têm contextos muito específicos e basta ver que se passou de uma média de 15/ 16 mil contactos para 34.027 nos últimos dois anos e isto revela alguma coisa; por outro lado, os números são aquilo que são, mas tal tem que ser lido e cruzado com este texto e com outras explicações - e com outras que até nem não estão aqui – terá de se fazer um esforço ainda para fazer a leitura do documento, não 447 páginas mas 600, pois entretanto os contactos que na impossibilidade de alguém que não conseguiu por telefone, conseguiu por email marcar o atendimento, teve respostas, havendo um número de notificações de alguns serviços que dão e outros não dão, mas fala-se sobretudo daquilo que foi centralizado do centro de contacto. No entanto, existem muitos outros canais e muitas outras formas, considerando o Sr. Presidente que até há demais porque os contactos entram por todo o lado, sendo que com a nova central telefónica e também com as alterações que estão a ser feitas na área de urbanismo, em que até já há um e-mail específico só para entrega de elementos e um e-mail específico para contactos com o urbanismo, não significa que eles não vão ao geral, que não vão ao atendimento GAP, que não vão ao atendimento geral porque continuam a entrar por vários sítios, mas no futuro, com os serviços online, onde era bom reconhecer que também houve um crescimento do número de adesões ao serviço online e da sua utilização e que no futuro vai ser muito superior, é também necessário os recursos afetos à afinação dos canais que são mais eficazes e que evitam que o munícipe em desespero, procure por todo o lado e por toda a forma, porque isso também cria ruído e cria dificuldades no atendimento e na comunicação; o caminho está a ser feito com consciência daquilo que é necessário fazer para melhorar. Sobre a referência ao Fórum Social, refere o Sr. Presidente que procurarão fazer os vários fóruns com um alargamento da participação, o mais abrangente possível, porque é da opinião que embora eles tenham um público muito específico, pese embora sejam abertos à população e a quem se quiser inscrever, os temas são escolhidos pela rede mas acredita que há que cruzar hoje estas questões porque como tem dito e defendido estas questões não são estanques por temas, e é por isso que há temas que por vezes vão ao Fórum Social, que não são exclusivamente sociais e outros fóruns que não são exclusivamente económicos e chama à intervenção e ao cruzamento de experiências e de ideias de diversos atores da diversas áreas de intervenção e esse modelo tem de ser ampliado para que a reflexão produza melhores resultados. Relativamente à questão do número de árvores, considera o Sr. Presidente que, também já foi explicado que esses números e esses quadros referem-se sobretudo, como o Sr. Vereador disse, àquilo que é plantado pelas brigadas, àquilo que foi plantado com escolas em Quinta do Anjo e Pinhal Novo em diversos espaços devolutos que não estão classificados como espaços verdes; refere ainda que mentiu quando disse que foram centenas de árvores e o relatório reflete o que o serviço disse mas houve outros serviços que tiveram múltiplas ações de plantação de árvores e há que considerar o cruzamento daquilo que é evidente, daquilo que é espaço público, daquilo que é serviço urbano, e até obras porque também tem plantação de árvores; não se consegue canalizar para um único indicador a ação dos diversos serviços pelo que pede a compreensão para isso. Investimento em novos espaços

verdes e na forma como estes surgem que pode ser de duas formas: novos loteamentos, novos espaços urbanos que têm de produzir cedências para espaços verdes e aproveitamento de terrenos municipais, outro espaço públicos do domínio público ou do domínio privado, tornando-o espaços verdes; existe depois a discussão do conceito de espaço verde porque a área que está referida – dizendo que teve oportunidade já em anos anteriores até no anterior mandato, no primeiro mandato como Presidente teve de procurar uma área verde por habitante, na Área Metropolitana de Lisboa e Palmela e está bem, está no Top 3 – mas existem problemas com o conceito de espaço verde, sendo que aqui é claramente aquilo que é tratado: o que está em outsourcing, que está com os serviços, que está com as Juntas de Freguesia e decorrem sobretudo das operações de loteamento. Há necessidade de hoje se perceber que os novos espaços são muito mais um misto de praça com arborização, com elementos de água que combatem as ondas de calor, mas têm menos placa de relva, têm menos consumo de água, têm prados de sequeiro que ninguém gosta pois na Primavera está florido e bonito, no Inverno está verde mas depois no Verão parece mato e feno; são novos conceitos que ainda não estão contabilizados e tem havido novos; refere ainda o Sr. Presidente que há que considerar os chamados “pulmões verdes” e pensa que é esta a preocupação ambiental com os terrenos que têm sido adquiridos em torno da Ribeira da Salgueirinha e com o prolongamento dos parques verdes urbanos e ilhas, naqueles que são os terrenos públicos com os projetos de arborização e que será dada nota em números, em áreas e hectares daquilo que vai sendo feito; passará a haver a preocupação de fazer a prestação de contas com esses outros indicadores que estão um pouco à margem da gestão do serviço que tem que cuidar daqueles metros havendo muita arborização, muito arbusto que constituiu hoje espaço verde de lazer, recreio, passeio, de usufruto que não estão contabilizados, havendo essa preocupação ambiental e na sustentabilidade futura. Quanto ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro refere o Sr. Presidente que não existe nenhuma confusão nem nenhuma tentativa de manipulação e leituras enviesadas de números com as dotações iniciais e com as dotações corrigidas; pelo contrário, há clareza no discurso, na introdução, na proposta e no relatório, há clareza, dizendo-se o que é dotação inicial e a percentagem e diz-se o que é dotação corrigida, tanto é assim que se se consultar com atenção os mapas, os gráficos e os quadros, estão lá referidas as percentagens com a dotação inicial e a dotação corrigida. É necessário fazer essa leitura e contextualizar, dando como exemplo a tendência de dizer, havendo que mudar um pouco o exercício da análise do documento e a forma de ler ou de não ler, porque não houve a leitura dos gráficos, dos números com os textos que está lá mais para a frente. Por dificuldades de tempo ou outros, querendo o Sr. Presidente acreditar que é por isso e que não é por má fé ou desonestidade intelectual, porque nestas matérias por vezes diz-se que se arrecada muito e se executa pouco, não vale a pena fazer aqui uma comparação entre os 109 e os 83 executados, porque os 109 nunca o poderia ser, aquilo que está acima de 100, nunca poderia ser considerado, dando aliás um desvio maior, sendo necessário ler as explicações para a eventual falta de execução; refere o Sr. Presidente que já estão habituados a esse discurso neste e nos

mandatos de anos anteriores, dizendo que existe menos um por cento do que há dois anos, levanta um pouco e agora é menos 3%, mas recorda o Sr. Presidente ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro - sendo que hoje não traz esses dados mas talvez os leve para a Assembleia Municipal – não existe qualquer problema em fazer comparações pois existem explicações para a eventual menor execução e o Sr. Presidente irá dar de seguida, aquelas que os Srs. Vereadores não tiveram oportunidade de ler e que estão no documento. Recorda o Sr. Presidente, para que conste, que já quando no passado disseram que a execução de Palmela era baixa, tal execução, no ano passado, foi só a melhor execução da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que é importante recordar. Não quer com isto o Sr. Presidente dizer que 2021 vai ser assim porque tem de se perceber no contexto e ver o que é a avaliação de critérios e normativa, sem preocupações com rankings; está claramente referido que houve doze obras que tiveram, sucessivamente, concursos desertos. Dessas doze obras, dez correspondem a três milhões de euros, pelo que se pode por aqui ver o desvio que houve, sendo que o orçamento tinha de estar dotado e previsto para as lançar, independentemente de terem de ter sido repetidas já no orçamento deste ano ou terem sido adjudicadas no final do ano e sem qualquer execução financeira este ano. O Sr. Presidente refere que sabe que cada um tem de fazer o seu papel nesta matéria, assinalar, criticar, propor, dizer que fazia diferente, etc., mas existem questões que decorrem do conhecimento real do que é hoje o contexto das obras públicas, o trabalho, e que foi sucessivamente escalpelizado, está autorizado e explicado aos senhores e senhoras vereadores. A questão de haver mais receita nos impostos diretos, tal já foi explicado onde e como, voltando a referir que o IMI, o IRS em tom de ameaça que esta opção vai acabar. Espera, contudo, o Sr. Presidente que os senhores e senhoras vereadoras façam uma análise criteriosa das opções e da aplicação dos recursos a que têm direito, dizendo ainda que o IMT é conjuntural enquanto houver esta loucura, que está a ser vantajosa de compra e venda no imobiliário em Palmela. Refere o Sr. Presidente que recebe semanalmente empresas deste setor e até empresas europeias que pretendem informações sobre terrenos para vender em Palmela, sobre terrenos para investir em Palmela, existe procura e todos a conhecem, mas esta é uma situação que tem fases e já se percebeu que já começou a abrandar pelo que esta receita, ao contrário de outras que são controláveis pelas autarquias, tem que ser cruzada com o alívio fiscal, com a redução de impostos e taxas que existe em Palmela. Não se pode pensar que afinal o Município está rico e afinal nem são necessárias outras receitas. Pelo contrário, é necessário afetar toda a receita a que se tem direito. Refere ainda o S. Presidente que quanto ao IMI baixou-se, sendo Palmela, hoje, o Concelho da península de Setúbal com o IMI mais baixo e será para continuar este percurso. Refere que é necessário ter atenção a estas matérias, mas que tal situação tem de ser cruzada também com outras opções: as tarifas de água, de saneamento e de resíduos são das mais baixas da AML e do País que não cobrem os custos. Palmela está a financiar um sistema que é mais caro que o de outros Municípios; Palmela não tem 34 quilómetros quadrados nem 24 quilómetros quadrados, nem 200 quilómetros de condutas; tem quase 700 quilómetros de condutas, existe muito mais

investimento e existe menos consumidores; felizmente, a venda de serviços também nesta área, sobretudo na água, existe uma cobertura parcial dos custos, convidando o Sr. Presidente a ler em detalhe o relatório, com transparência, pois nele é dito onde se consegue cobrir os custos, mas também se apresenta o que está a ser altamente deficitário, que é o saneamento e os resíduos. O esforço para que não haja aumentos também reduz receita, constata-se que aumentou porque existem mais consumidores, mais casas licenciadas, mais ligações e espera que as pessoas sejam moderadas no consumo. Voltando ao tema da execução, refere o Sr. Presidente que nos investimentos e GOP existe um alerta: se se ignora tudo aquilo que aconteceu neste último ano e meio - e o Sr. Presidente irá ler para quem não teve tempo para ler - existe só 102% e irá depois conhecer-se outras realidades; faz um apelo à leitura referindo que não há dúvida que o número reduziu sendo 62%, mas no quadro da página 30 é importante perceber que este 62% em 2021, em termos absolutos, é o maior volume de investimento no quadriénio, porque uma coisa é percentagem face ao estimado e que não foi executado pelas razões aqui aduzidas - e outras que irá aduzir para quem não teve tempo de ler - e foi o ano com maior de investimento do quadriénio: 13.631.140,38€. Também neste ponto - e está no quadro, são mais 47,5% do volume de investimento comparativamente a 2020, sendo que esta não é só uma forma de ler os números, é preciso cruzar, é verdade que houve menor execução, mas é verdade que cresceu 47,5% o volume de investimento. O Sr. Presidente refere que tem mesmo de ir à leitura da parte técnica também do orçamento para desmontar aqui algumas leituras que foram um bocadinho desfasadas ou baseadas num equívoco. Quanto às funções sociais, o Sr. Presidente começa por ler o que são funções sociais, que tiveram uma percentagem inferior à dos outros anos, que costuma ser elevadíssima e, ainda assim, esta percentagem inferior é elevadíssima, não devendo ser desconsiderado que o orçamento municipal passou a ser afeto também a outras funções que geralmente tinham uma expressão residual nas funções económicas. Vendo o que entra nas funções económicas, constata-se que entram os transportes que se passou a pagar mais nos últimos anos, entra a energia pelo que é necessário ir ver que é normal, no cômputo geral do orçamento, este equilíbrio entre funções gerais, sociais e económicas variam de acordo com aquilo que são as novas competências, pois passou-se a ter que financiar sistema de transportes e isso tem vindo a contribuir para que um milhão e tal do orçamento vá para essas outras funções; vendo o que são funções sociais, porque denota do discurso dos Srs. Vereadores que o executivo não está a investir nada, nem está a combater os problemas relacionados com as questões sociais, pelo que é importante ver o que são: as atividades e investimentos que têm por objetivo satisfazer necessidades municipais nas áreas das suas competências nos domínios da Educação, Saúde, Segurança Social, Ação Social, Habitação, Serviços Coletivos, Serviços Culturais Recreativos ou Religiosos; quando se fala nisto, fala-se de ação social e a ação social tem ser compaginada com as atribuições e as competências do Município, o orçamento vai aumentar pouco mas vai aumentar alguma coisa, quando houver a tal transferência de encargos na área do social. Quanto à leitura dos números, o Sr. Presidente chama a atenção, acreditando na honestidade

intelectual de todos, que é preciso ler os números: quando na habitação se lê um milhão setecentos e tal e só se executou 30%, parece que se está a falar da estratégia local de habitação, mas é preciso ler o texto porque habitação propriamente dita são 124.125,00€ e foram executado 47 mil euros; existe apenas uma execução de 38% mas tal relaciona-se com obras de reabilitação que estão a decorrer, que são demoradas e, talvez, com uma fatura pesada que transitou de ano, tem apenas a ver com isto não tem nada a ver com subaproveitamento das verbas da estratégia local de habitação, sendo que houve leituras por parte de alguns dos senhores vereadores desta natureza. Explica ainda o Sr. Presidente que o desvio foi dentro do capítulo habitação e urbanismo, que, nos termos do SNC e do antigo POCAL, implica que seja classificado desta forma e está a recuperação e revitalização do centro histórico de Palmela. Nesta matéria se se ler a explicação desta componente, fica-se a perceber que aqui entram obras – que já foi explicado - como o quartel da GNR que anda devagar, como o Salão Nobre mas que não é apenas o Salão Nobre, é os Paços do Concelho e reabilita muito o edifício e que depois de termos visto o sótão que já se queria que estivesse ocupado, mobilado e a funcionar, encontram-se problemas gravíssimos na estrutura de madeira, na alimentação elétrica e no sistema de redes, etc., que é tudo novo e implicou mais um investimento na ordem dos cento e tal mil euros, e existe a minúcia do Salão Nobre que em breve poderá e deverá ser visitado. É importante e necessário perceber que estes desvios têm a ver com obras que estão nestes capítulos, não têm que ver com o menor investimento na problemática da habitação, porque isto em termos técnicos está na habitação e serviços coletivos, o urbanismo também está e é fácil de entender; pede assim o Sr. Presidente atenção a esta leitura dos números porque podem estar a criar-se equívocos e a dar uma visão distorcida daquilo que efetivamente se está a falar; na página 350 sobre esta matéria está explicado, que é o capítulo da “Habitação e Urbanismo” tem então os relativos à gestão do parque habitacional do Município que são estas obras de reabilitação que estão a ser feitas e ainda tudo aquilo que é reabilitação urbana, tudo entra no capítulo habitação, mas não é habitação social e são as tais obras que o Sr. Presidente referiu. Ainda relativamente à questão das obras, que o senhor vereador do PSD dizia serem sempre as mesmas obras, existem obras que são plurianuais, há obras que tiveram que estar mais anos no orçamento até que seja possível candidatá-las, lançar projeto e até para pedir empréstimos e tudo isto tem que ver com a técnica de planeamento orçamental, mas nas páginas 28 e 29, relativamente à questão do desvio de execução, estão as razões que aqui estão escritas e que não são inventadas pelos técnicos da autarquia, nem pelos políticos que estão aqui, algumas são do Instituto Nacional de Estatística, e são dados do INPIC das obras públicas e publicados no jornal económico e outros da especialidade. As empreitadas que movimentam verbas avultadas foram fortemente atingidas pela crise de mão de obra, especializada, com muita dificuldade em manter em obras os efetivos necessários. Este fenómeno foi agravado pela Covid 19 com casos de equipas inteiras de quarentena; houve nas obras municipais infelizmente - e não foi só na Ribeira da Salgueirinha-, foi em todas. Para além da falta de mão de obra, houve atrasos significativos na

entrega de materiais devido à crise logística. O aumento dos preços que se continua a agravar também se refletia na capacidade de execução física e financeira a dois níveis: na execução dos contratos e na formação dos contratos. De acordo com dados publicados pelo INE, a taxa de variação média anual nos custos de construção de habitação estava no final do ano e 5,8%, no domínio das infraestruturas com forte aplicação de cabelagens equipamentos elétricos úteis, metais e outros materiais, esperou-se três meses para entrar em obra em Vale Flores. Foi impactante, os custos subiram ainda mais, tendo havido casos de revisão de preços feita de acordo com os índices oficiais na ordem dos 20% e não para de crescer, 12 empreitadas que tiveram que ser repetidas e uma delas foi - e o Sr. Presidente nunca tinha assistido - quatro vezes a concurso. A Janela da Arrábida, o Sr. Vereador já explicou, porque é que há ali também um desvio nesta componente do turismo, porque a obra está lá, está na área do turismo. Só aqui foram três milhões de euros. Existe ainda um conjunto de obras ousadas, complexas e que dependem muito do IGCP, do Tribunal de Contas; a obra do HUB10, fez gastar à autarquia nove meses, sendo este o tempo durante o qual se esperou do primeiro parecer das Infraestruturas de Portugal sobre 450 metros de ciclovia à beira da Estrada Nacional entre Quinta do Anjo e Cabanas, nove meses e não foi por falta de pressões, de reuniões e agora, depois de ter vindo, já daqui a pouco vai noutros nove meses para trás e para frente até se assinar o acordo para poder entrar em obra. Quando não é perto da ferrovia, é perto da estrada nacional, quando não é o ambiente é o património. Nas obras da Ribeira da Salgueirinha, os problemas que houve com a AT2, a solução construtiva, as fiscalizações, o tipo de exigências que se duvida que exijam às obras deles, aquilo que está a acontecer na Lagoinha em que para fazer obras nas bermas da nacional foi um calvário o licenciamento, de exigência dos inertes que são colocados para dentro da vala, não se podem utilizar as areias, é uma coisa incrível e apetece fazer obras à revelia e depois podem vir prender o Presidente da Câmara. Refere o Sr. Presidente que se os senhores vereadores pensam que acusar de incapacidade de fazer obra, quando nunca se fez tanta obra em volume e em quantidade de empreitadas, aconselha então a consultar os quadros, aceita a crítica se ela tem uma intenção de atingir a maioria politicamente, mas considera o Sr. Presidente que com essa crítica os senhores vereadores estão possivelmente a atingir a competência e dignidade dos dirigentes, técnicos, trabalhadores que têm feito um esforço hercúleo para sucessivamente adaptar projetos, refazer propostas, refazer candidaturas, relançar procedimentos, a virem trabalhar aos sábados e aos feriados para que estas obras não se atrasem mais. Isto não é incompetência técnica nem incompetência política. A opção política de fazer esta ou aquela obra, de fazer priorizar esta ou aquela, discute-se politicamente. No futuro se verá como é que outras autarquias têm lidado com esta situação ou só nos Concelhos onde os senhores têm a governação em maioria e depois voltam a falar. Não se pode fazer uma avaliação dissociada de todos estes fatores e de todos estes contratemplos. A execução existente é, de facto, a mais baixa do quadriénio, mas continua a ser uma execução muito boa se se consultar aquilo que vem também no anuário financeiro dos Municípios. Relativamente à questão do atendimento,

refere o Sr. Presidente que também é bom olhar para o número de reclamações que baixou, mas há muitas outras que entram por outra via como disse o Sr. Vereador Pedro Taleço, pelo que tem de se criar um canal. Refere ainda que se deve perceber também que a execução física e financeira nos documentos nem sempre está a par e às vezes há desfasamento com as faturas transitadas; relativamente à questão, que se tornou já aqui uma falácia a julgar por algumas intervenções, acerca da qualidade e da modernização, acredita que se os senhores vereadores tivessem tido tempo de ler e cruzar o documento com o quadro, com a percentagem e depois com o descritivo no respetivo capítulo, não teriam feito a inferência que fizeram quanto à qualidade e modernização com pouca execução, dando a ideia de que ninguém quer saber da modernização, da informática e dos instrumentos; o item do quadro "qualidade e modernização" tem que ver com a parte da formação e trata-se de uma diferença de 23 mil euros estimados para uma execução de 7 mil, e depois há que ler o resto, sendo que os senhores vereadores fizeram disto uma coisa gravíssima. Refere o Sr. Presidente que até houve mais ações de formação e não se executou financeiramente uma verba muito exígua derivado da conjuntura da Covid-19, porque grande parte do investimento eram ações de formação presenciais que foram adiadas de 2020 para 2021 e que em 2021 voltou-se a não conseguir fazer; verifica-se que não há nenhum desinvestimento ou menosprezo por esta área e muito menos, tendo sido feita a inferência que parecia haver afinal, alguma contradição entre aquilo que se disse na modernização administrativa, na informática, nos sistemas, na engenharia de processo e instrumentos para uma gestão pública e serviço público por parte dos trabalhadores mais eficaz e um rubrica que efetivamente diz respeito a um desvio de 16 mil euros na área da formação; neste capítulo houve ainda uma verba destinada à formação de fiscais e todos sabem no que resultou o concurso para fiscais e não pôde ser executada. As razões existem, sendo que podem ser compreendidas, aceites ou não, mas as razões são estas, não sendo possível, na opinião do Sr. Presidente, fazer outro tipo de inferências. Relativamente à saúde ocupacional já referida, considera o Sr. Presidente que é preocupante a questão dos acidentes de trabalho, mas hoje há cada vez mais patologias, não obstante o excelente trabalho da saúde ocupacional, a formação, a ginástica laboral que têm ensinado as pessoas a corrigir a postura e a fazer alguns movimentos de aquecimento antes de pegarem em cargas, antes de fazerem determinados movimentos na sua atividade profissional, tal tem de ser cruzado com a idade dos ativos, por vezes a idade já não permite evitar problemas só com treino e prevenção, a idade já não é a mesma para determinados esforços, havendo na verdade um aumento preocupante, sendo que a forma de corrigir isto é continuar a dar o maior apoio aos trabalhadores e é também continuar a julgar alguns acidentes como acidentes de trabalho, porque de outra forma as pessoas ficam ausentes do trabalho e não têm direito ao seguro para fazerem os seus tratamentos, integralmente pagos e comparticipados. A intenção de classificar algumas coisas como acidentes de trabalho é em benefício pró réu, é a favor do trabalhador para que ele possa ter um tratamento adequado. Na habitação e no urbanismo o Sr. Presidente apela à leitura dos números que não vai repisar, mas não escamoteando as dificuldades de

tramitação processual e de comunicação com os serviços que houve em muitos meses do ano e que, paulatinamente, vão sendo melhoradas. Quanto ao Cine-Teatro São João, informa o Sr. Presidente que a obra está quase terminada, as caldeiras sempre funcionaram, o novo sistema ainda não está a funcionar em pleno mas haverá a oportunidade de testar; o conforto térmico da sala foi um desafio muito grande, porque não se pode fazer com os aparelhos convencionais para respeitar a classificação patrimonial do edifício; até uma vedação no exterior teve de ser aprovada na DGPC, tal como a senhora vereadora anunciou. A vedação e toda a maquinaria que se encontra naquele espaço. O Sr. Presidente aproveita a oportunidade para dizer que o Município exerceu a opção de compra numa daquelas habitações devolutas, seja a estratégia local de habitação ou seja também para ficar com parte do logradouro de acesso e requalificar aquele espaço nas traseiras do São João. Considerando o contexto de um ano ainda difícil, de alguma recuperação, há indicadores muito positivos. Salienta o Sr. Presidente que existe um número que também é sempre importante e recorda que foram transferidos para as Juntas de Freguesia montantes no âmbito das competências delegadas pelos contratos interadministrativos e acordos de execução no valor de um milhão centos e sessenta e quatro mil euros, verba que subiu, outra vez, paulatinamente e no futuro não vai ser diferente porque não se vai ter a perceção destes valores pois existem verbas que passam a ser retiradas do orçamento da Câmara e transferidas diretamente para as freguesias. Explicou o Sr. Presidente que as funções sociais englobam muita coisa e que este ano, sendo um valor percentual abaixo dos outros anos, há que ter em consideração as funções económicas, IP, transportes e comunicações. Entra também a mobilidade enquanto participação para o Navegante e para o sistema que vai começar no dia um de junho, mas também o maior investimento na rede viária, fez com que as funções económicas também fossem um valor que não é habitual, podendo a sua evolução ser consultada no gráfico. Relativamente a opções de gestão e planeamento na área económica e financeira deve ser lida a estrutura da despesa, deve ser visto o previsto e o realizado, mas também é importante perceber o equilíbrio orçamental, que é um espartilho para o qual tem de se saber conviver, que tem saldo positivo. A capacidade de endividamento continua com uma excelente margem disponível e um fator muito importante. O Sr. Presidente recorda que ainda é do tempo em que se dizia que o Município não tinha capacidade para fazer investimento com fundos próprios. Era tudo com empréstimos, houve tempos difíceis da troika e outros, pelo que existe um indicador importante que consiste em 52,7% do investimento deste quadriénio, porque este é um documento de 2021, mas é quase que a prestação do mandato também, porque fecha um ciclo, embora haja investimentos que passaram de ano; 52,7% do investimento é suportado por receitas próprias da autarquia por autofinanciamento e isto é um bom indicador, e oxalá existam mais receitas extraordinárias, mas para se fazer aquilo que há a fazer no território, a autarquia terá de continuar a recorrer a empréstimo, com aquilo que se avizinha no Portugal 2030 em que a AML ainda por cima desce para apenas 40% de financiamento de fundos comunitários, terá de se arranjar os outros 60%. Esta prestação de contas revela não apenas o equilíbrio financeiro, a correta opção em matéria

de impostos taxas, o equilíbrio nestas matérias, mas, sobretudo e também, uma capacidade de fazer acontecer, de alavancar investimento no território e de lançar novas bases de progresso que são inquestionáveis e há que perguntar às populações se veem ou não veem o resultado destas obras e destas ações e se isto correspondeu ou não correspondeu às suas expectativas. O Sr. Presidente e os senhores e senhoras vereadores têm tido esse feedback sem que estejam de acordo em tudo, mas existe esse feedback e isto revela, ao contrário do que parece que começa a ser moda dizer-se por causa do documento mal instalado no site da Câmara, falta de planeamento estratégico e pretende que lhe digam então o que é planeamento estratégico, poderá haver discussão mas cada um teve a oportunidade de apresentar a sua proposta e a sua visão, para se saber o que é planeamento estratégico têm de se consultar o conjunto dos documentos municipais que começa no plano diretor, que é um documento estratégico que define quase tudo. A revisão do plano diretor é um documento estratégico que define tudo, porque tem a carta de equipamentos que se perspetiva, a carta das principais infraestruturas e o cronograma financeiro, as opções de reabilitação, a carta dos equipamentos educativos e depois tem também objetivos e metas, é esse o grande documento que todos terão oportunidade de conhecer e outros documentos que todos têm obrigação de conhecer, a estratégia local de habitação é um documento de planeamento estratégico. Palmela, idade maior 21/25 é um documento estratégico. O plano municipal da igualdade e o plano de participação são documentos estratégicos, pode haver o problema de reunir isso tudo mas há que os cruzar com outros documentos de carácter económico e depois haverá a oportunidade de ver quem é que tem, de facto, a noção do que é um documento estratégico e se ele existe ou não existe, implícito ou explícito; o Sr. Presidente refere que consulta também o trabalho de outras autarquias porque gosta muito de aprender e ninguém inventa nada de novo; tenta-se fazer benchmarking e não vê lá esses documentos estratégicos que os senhores vereadores aqui acham que deviam de existir, mas ele existe e haverá oportunidade de o discutir mas discuti-lo sectorialmente, em cada um dos fóruns estratégicos que o Concelho e isto tem sido feito. Para além de ser opção estratégica da maioria - e que alguns votaram sempre contra e a abstenção, que considera ser parcialmente um voto de confiança, - tira a ilação que o conjunto de realizações que têm sido feitas no Concelho correspondem a necessidades e expectativas da população, dos investidores de quem continua a procurar este Concelho que, sendo afinal tão mau, que não tem visão estratégica nenhuma mas afinal há um conjunto de indicadores que comprovam o contrário e estas opções têm sido opções participadas e discutidas com quem quer propor, com a oposição, mas, sobretudo discutidas com a população e com os parceiros e agentes locais, no associativismo cultural, desportivo, empresários nos fóruns económicos e noutros fóruns em que haverá oportunidade de debater. Refere que o documento melhor acabará por sistematizar, sendo o mesmo extenso e abrangente, mas dá a visão integrada das várias políticas sectoriais daquilo que se pretende para o Município, será a revisão do PDM que não é um conjunto de mapas nem de regulamentos é, de facto, um documento com opções estratégicas no ambiente, nos corredores verdes, na reflorestação na proteção das áreas,

naquilo que se quer na energia verde como e de que forma e até limites naquilo que se quer noutra tipo de energias renováveis, daquilo que se quer na mobilidade social, na mobilidade suave, naquilo que se quer no desenvolvimento social; existem indicadores que terão de ser sistematizados nesse documento e outros ficarão em documentos sectoriais daquilo que era a educação em Palmela. Não valendo a pena ir muito atrás no tempo mas se se quiser que seja avaliado de 2014 para cá, onde estávamos, onde estamos e para onde vamos, isso está tudo trabalhado, e a visão estratégica não deixa de haver, ela tem que ser permanentemente enriquecida com os contributos de todos os agentes, aqueles que têm responsabilidades políticas e que foram escolhidos pelas populações, mas têm que ser também enriquecidos com quem está no território, as pessoas singulares, organizações, etc., e é assim que se será feito esse documento sem prejuízo de ele ter a sua matriz nestes documentos que o Sr. Presidente já deu alguns exemplos e está disponível para continuar a trabalhar com os contributos de todos, com visões críticas e também com propostas concretas. Para o Sr. Presidente este é um excelente documento não apenas em técnicos, mas também em temas políticos, faltando nele apenas um parágrafo referindo que em momentos muito difíceis ter um enorme barco em parte, não parado mas a avançar contra ventos e marés foi, de facto, muito importante a coesão interna de um conjunto abnegado de dirigentes e trabalhadores, desde técnicos, a grandes operacionais que nunca voltaram a cara à luta e que ousaram conseguir executar um ano com resultados muito satisfatórios, havendo condições para fazer melhor e é essa a expectativa, certamente, a expectativa de todos; um excelente documento que tem opções técnicas na sua elaboração, mas tem opções políticas e, portanto, não é só aquilo que é de elogiar é técnico e aquilo que os senhores gostam menos já é da gestão política. Refere o **Sr. Presidente** que está à vontade, que percebe as regras do jogo de quem está em contendas e que quem está na oposição tem que fazer o seu papel, mas acredita ser importante reconhecer que o Concelho avançou, tem mais gente, tem menos de 2% de desempregados, tem mais 6,8% de empresas que têm um volume de investimento estruturante porque não são investimentos conjunturais, de embelezamento disto ou daquilo, não são investimentos eleitorais, são investimentos estratégicos; pede para lhe dizerem uma obra que não tenha sido reclamada pelas populações, pede para lhe dizerem uma obra e um investimento que não merecesse a pena e que não tenha um valor maior do que aquele que é a sua execução financeira e nesse caso estará disponível para discutir as diferenças de opções políticas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não irá responder às adjetivações feitas pelo Sr. Presidente, mas pretende recordar algumas coisas relativamente àquilo que disse e àquilo que foram os comentários àquilo que disse. Refere que quanto à questão da Saúde Ocupacional o Sr. Vereador Luís Miguel Calha traz sempre intervenções escritas antes de ouvir o que as pessoas dizem e quanto à saúde ocupacional, a única coisa que referiu foi que não estava lá a questão da saúde mental, é a única coisa e considera ser importante ainda por cima nos momentos que se vivem. Refere ainda que reparou que o Sr. Presidente falou muito nas horas

de formação, reconheceu, mas depois disse que ações de formação tinham aumentado substancialmente face ao ano anterior, em bom rigor aumentaram 2 de 159, de formação externas até houve menos uma, nas internas é que houve mais três, mas ainda assim são mais duas, não é o número que aqui nos falou; considera que aqui o que está em causa e depois, o senhor Presidente queixa-se que aumentam os preços, que as redes de distribuição de matérias-primas criam dificuldades, e isso deve ao facto de haver obras que têm dificuldades: de mão de obra, de matérias-primas e essas dificuldades vão-se agravando à medida que o tempo vai passando e ao juntar ao problema que tivemos com dois anos de pandemia, e admitindo que está mais "controlada" e temos uma vida mais normal, existe agora uma situação de guerra na Europa. Muitas destas muitas destas obras, quando os concursos foram lançados, por ex. da Ribeira da Salgueirinha que só se resolveu com o ajuste direto antes ainda da questão da pandemia se pôr, ou seja, quando diz que no orçamento inicial havia 54 milhões de euros previstos e depois passámos para 68 milhões de euros e depois no fim executaram-se 56 milhões porque andam sempre à volta de 10 milhões a vaguear de um ano para o outro; é um problema porque o Sr. Presidente diz que a obra está lá, o problema é que estes 10 milhões no ano seguinte, até pelas dificuldades que referiu, não vão dar para fazer a mesma obra e vão dar mais dificuldade porque as dificuldades vão-se agravando. Além disso, as necessidades das populações também vão-se modificando e vão tendo outras necessidades. Refere o Sr. Vereador que não percebe é como é que a gestão das expectativas é feita depois vai dar esse autocontentamento que o Sr. Vereador não teria. Considera que o que devia haver, como existem em outras autarquias, ex. a de Cascais em que têm departamentos para antecipar e prever o futuro; considera que o Sr. Presidente não vai a muitos sítios para aprender e também pode ir a Aveiro, a Mafra, a todo o lado.

O **Sr. Presidente** refere que poderá ir a Aveiro ver um conjunto de obras que lá estão paradas há dois anos, mas a Palmela vem muita gente dessas autarquias para ver como se fazem as obras em Palmela.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que esses 10 milhões que vão passando todos os anos vão insuflando e diminuindo o orçamento por causa disso e depois não servem porque quando a obra chega já está ou desadequada ou com os preços das matérias-primas inflacionados. Relativamente à questão do IRS, a previsão de receitas, de arrecadação de impostos diretos andava nos 23 milhões 727 mil, Arrecadaram-se 25 milhões 413, disse que era conjuntural e tudo aqui é conjuntural pois basta haver uma crise, basta diminuir o IMI, basta diminuir o IMT basta diminuir o IRS, haver despedimentos, tudo acaba por ser conjuntural, falou neste assunto porque viu que o Sr. vereador Raúl Cristóvão quase 5 anos depois de ter posto na gaveta a sua velha promessa que acompanhava de fazer uma diminuição do IRS mostra aqui algum arrependimento, mas pretende salientar que, tal como disse quando fez a proposta para 2021 em que se previa uma receita de IRS na ordem dos 4 milhões e 44 mil euros em que com a proposta que fez haveria uma perda de receita de 404 mil euros, este aumento nos impostos de um milhão e 600 mil euros, era acomodado e pelos vistos, não faria assim tanta falta, porque o

dinheiro vai andando e isto significa mau planeamento, mau aproveitamento e má perspetivação do futuro para a autarquia; isto depois vai dar problemas que não se previram anteriormente e depois vai-se ter mais à frente o que vai dificultar as obras; considera que isto é um espelho do que tem sido estas prestações de contas ao longo dos anos e refere o Sr. Vereador que votará em conformidade como tem votado e como o Sr. Presidente bem referiu que é votar contra.

O **Sr. Vereador Raúl Cristóvão** refere que não indo às adjetivações utilizadas, como disse o Sr. Vereador Paulo Ribeiro até porque pensa que isso por vezes vai no calor do discurso e não as considera ofensivas, mas meramente intemporais, já são normais e às vezes com a emoção dos discursos levam a dizer coisas menos pensados, mas isso todos o fazem, é necessário desculpar uns aos outros e andar para a frente. O Sr. Vereador refere que não vai discutir planos estratégicos, nem documentos estratégicos, nem planos sectoriais estratégicos nem os objetivos de um plano estratégico de um documento estratégico dum plano sectorial estratégico, porque felizmente estudou isso em 1982 na faculdade e esteve quatro anos a estudar essas coisas com ordenamento de território e PDM, antes deles existirem e sabe bem o que é que cada coisa é felizmente. O Sr. Vereador agradece a tentativa de explicação, mas se há área que tem algum conhecimento, embora pouco e como costuma dizer, como o outro dizia, “só sei que nada sei”, e gosta muito de aprender também, está sempre a aprender por isso também é professor e a qualidade de professor ensinou-o a aprender todos os dias e considera que, de facto, não há um plano estratégico, isso é claro, e não vale a pena discutir mais; não há documentos estratégicos, nem sequer planos sectoriais existem, considera o PDM um documento fundamental para se executar um plano estratégico, mas não é um plano estratégico. Tirando isso e tirando as adjetivações, considera que se confirmou com um conjunto de explicações do Sr. Presidente veio justificar muito daquilo que já foi dito sem retirar aquilo que mais importante foi dito, e que foi dito por si e pela bancada do PS, a questão não está nas contas, está nas opções, está na forma de fazer as coisas e anda-se sempre com um mealheiro à frente. Os tempos vão ser outros e mais difíceis e amanhã os 10 milhões não se sabe se vão servir para fazer a obra que está prevista ser feita com os 10 milhões que não foi feito e, se calhar, podia ter sido pelo menos iniciada e começada; há necessidade de ter maior capacidade de previsão, não é futurologia é previsão e essa previsão faz-se com os documentos, documentos que têm de se ter para se poder analisar e nunca aqui a incapacidade de execução, não indo ao adjetivo mas indo à fórmula, ao conteúdo pois nunca aqui foi posta a incapacidade de execução por incapacidade do trabalho dos trabalhadores ou dos técnicos considerando ser de mau gosto, tal como Sr. Presidente diz algumas vezes que a oposição diz que são de mau gosto; considera que essa foi de mau gosto pois na verdade quando se diz que aqui se discutem opções políticas, discute-se trabalho político e não se está a chamar o trabalho de cada um ou de todos os trabalhadores da Câmara e pensa ser unânime como já o disse quando viram os rácios, que efetivamente os trabalhadores produzem cada vez mais e cada vez

melhor e não é nos trabalhadores, na sua qualidade humana e técnica que está o problema da execução, o problema da execução é um problema político mais nada e que e que fique claro.

O **Sr. Presidente** refere que sabe que, de facto, saltaram-se muitas páginas do relatório e a questão dos trabalhadores e das opções políticas têm que ver precisamente com a contradição daquilo que os Srs. Vereadores dizem e daquilo que não observaram e que está escrito, fazendo tábua rasa de um conjunto de fatores. Ainda assim, percebe, naturalmente, a posição de cada uma das bancadas. Reitera aquilo que disse, que se trata de um bom documento de prestação de contas, tecnicamente bem elaborado, politicamente bem sustentado com as razões não só de facto e de direito, mas razões reais daquilo que possa ter condicionado a execução desta ou daquela ação ou obra e falta de planeamento não é certamente, porque se houvesse falta de planeamento as obras não apareciam no plano. Uma coisa é o planeamento, outra coisa são as circunstâncias que impedem que o planeamento se concretize a tempo e a horas, outrora e no passado eram de natureza financeira e outras, mas, sobretudo de natureza financeira. Neste momento basta olhar em volta quem não quiser ver pode continuar, porque dá jeito meter a cabeça no buraco mas basta falar com quem tem a responsabilidade de gerir, não é apenas de aprender em termos académicos, é de gerir, de fazer porque aí sim é a verdadeira aprendizagem, do conceptual ao prático e do prático reflexivo para se perceber os resultados positivos do que foi feito em 2021, com a noção que há aspetos que têm de ser melhorados. O Sr. Presidente refere ainda que estará sempre disponível não só para o admitir e reconhecer, mas, sobretudo, para investir na melhoria da resposta e das soluções. A Assembleia Municipal terá depois oportunidade também de discutir e aprovar este grande e bom documento.

Submetida a votação a proposta de Prestação de Contas 2021, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos Srs. Vereadores Raul Cristóvão, Pedro Taleço, Paulo Bandola e Carlos de Sousa. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANIZAÇÃO E RECONVERSÃO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Desafetação do domínio privado municipal e afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno no loteamento L-11/99.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_09-22:

«A operação de loteamento L-11/99, em nome de J.M.C. Rodrigues, deu origem à emissão do Alvará n.º 262, registado em 29/06/2005. Por abandono das obras de urbanização por parte do promotor, encontra-se o município a substituir-se ao mesmo na sua execução.

Ao município foi cedida uma parcela de terreno com a área de 2.575.00m², que integra o domínio privado municipal, sito em Pinhal Novo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8305 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 11205 G, da freguesia de Pinhal Novo.

No que respeita às infraestruturas elétricas do loteamento, a Câmara Municipal e a E-Redes acordaram uma alteração ao projeto no sentido da otimização de custos de obra, tempo e simplificação de execução da infraestrutura, ou seja, favorável aos interesses público e privado, se atendermos à necessidade de ligação da energia elétrica às edificações.

A alteração passa pelo desvio de cabos elétricos junto ao lote n.º 1, pelo terreno municipal acima referido, sendo para tal necessário reservar um canal de 3 metros de largura, de livre acesso e integrado no domínio público municipal. Para além das vantagens mencionadas, também do ponto de vista urbanístico é benéfica a criação dum corredor pedonal de atravessamento do quarteirão, para passagem da infraestrutura enterrada, facilitando a mobilidade e acessibilidade urbana do espaço público.

Uma vez que desta alteração resulta a reconfiguração geométrica da parcela do domínio privado municipal, carece de formalização, através de alteração ao alvará de loteamento, sendo a competência para a desafetação e afetação de áreas da dominialidade municipal da Assembleia Municipal.

Tendo ainda parte da parcela em causa sido, em tempos, ocupada com a reposição da Rua Infante Dom Henrique, na sequência do desvio necessário à construção da passagem superior rodoviária à linha férrea, inclui-se nesta mesma alteração essa atualização, conforme solução que se ilustra nas plantas anexas, que em conjunto com o quadro sinótico do loteamento fazem parte integrante da presente proposta.

Face ao exposto, a área do domínio privado municipal passará a estar dividida em três áreas distintas, passando a constituir-se por:

- A1 – Área a manter no Domínio Privado Municipal (1.201,29 m²), que confronta do norte com Rua Infante D. Henrique, do sul com Rua Álvaro Cunhal, do nascente com domínio público municipal, e do poente com Agostinho da Silva Faria;
- A2 – Área a desafetar do domínio privado municipal e a afetar ao Domínio Público Municipal (622,43 m²), que confronta do norte com domínio privado municipal, do sul com domínio privado municipal, do nascente com domínio público municipal e Manuel Marques Viegas, do poente com domínio público municipal;
- A3 – Área a manter no Domínio Privado Municipal (751,28 m²), que confronta do norte com Estrada dos Espanhóis e de todos os outros lados com domínio público municipal.

Enquadramento legal

A integração da área de 622,43m² do prédio registado na CRP sob o n.º 3498 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 387G, da freguesia de Pinhal Novo, no domínio público municipal depende de desafetação do domínio privado e afetação ao domínio público, o que integra a competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Segue-se a comunicação oficiosa à Conservatória do Registo Predial competente para efeitos de averbamento, conforme n.º 7 do artigo 27º do RJUE, assim como a atualização do registo predial e matricial da parcela integrada no domínio privado, e posteriormente a emissão da certidão de integração em domínio público da faixa de terreno para passagem dos cabos de média tensão.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal submeta a deliberação da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio privado e afetação ao domínio público da área de 622,43m², que confronta do norte com domínio privado municipal, do sul com domínio privado municipal, do nascente com domínio público municipal e Manuel Marques Viegas, do poente com domínio público municipal, do prédio sito em Pinhal Novo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o nº 8305, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 11205 G da freguesia de Pinhal Novo, nos termos das alíneas ccc) do n.º 1 do art. 33º e q) do n.º 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

GABINETE DO ASSOCIATIVISMO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária.

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 01_09-22:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime

Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui efetivamente para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação.
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes apresentados a patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação.

Assim, **propõe-se**, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º e das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que a Câmara Municipal de Palmela aprove os apoios constantes do quadro abaixo apresentado, destinados à Sociedade Filarmónica Humanitária, no valor global de € 5.878 (cinco mil oitocentos e setenta e oito euros).

Atividade	Equipamentos	Obras de Conservação
€ 2.750,00	€ 2.486,00	€ 642,00

.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Sociedade Filarmónica Humanitária, numerada DCDJ_GA 01_09-22, intervêm:

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** pede escusa da votação da presente proposta, tendo este pedido sido aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Transferência financeira para os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas no âmbito da delegação de competências na área da educação.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_09-22:

«A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, efetivado na área da Educação com o Decreto Lei nº 21/2019, de 30 janeiro, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

São transferidas para a Câmara Municipal competências ao nível do planeamento, gestão e apoios, realização de investimentos, de conservação e manutenção relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, a que acrescem, ainda, as várias competências já exercidas pelas Câmaras Municipais ao nível da rede pública da educação pré-escolar e do ensino básico.

Os departamentos governamentais, com competências nestas matérias, transferirão verbas para o Município para fazer face às despesas das áreas transferidas sendo que as verbas a transferir, de acordo com informação dos mapas financeiros datados de 2019, são referentes ao ano de 2018. Estes valores serão posteriormente atualizados, de acordo com informação da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), interlocutor da autarquia, neste processo.

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, contempla a faculdade de, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 4º, a Câmara Municipal poder delegar, na/o diretora/ore dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, um conjunto de matérias previstas na referida legislação. Esta delegação de competências efetivou-se com deliberação em reunião de Câmara de 6 de abril de 2022 e deverá ser acompanhada dos respetivos meios financeiros.

Assim, nos termos do artigo 80.º-B da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais, e demais normas acima indicadas, propõe-se que sejam transferidos recursos financeiros para os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, num valor global de € 459.681,50 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos) para o ano de 2022, destinada a financiar os encargos com instalações (água/eletricidade/combustíveis/comunicações, limpeza/higiene e material de escritório), e a conservação e manutenção de edifícios, da forma abaixo indicada:

Designação do Agrupamento de Escolas/ Escola não Agrupada	Conservação e manutenção dos edifícios	Encargos com instalações			Total 2022
		abril	julho	outubro	
Agrupamento Escolas José Saramago	20 000,00 €	26 703,75 €	26 703,75 €	26 703,75 €	100 111,25 €
Agrupamento Escolas de Palmela	20 000,00 €	25 459,25 €	25 459,25 €	25 459,25 €	96 377,75 €
Agrupamento Escolas José Maria dos Santos	20 000,00 €	19 605,75 €	19 605,75 €	19 605,75 €	78 817,25 €
Escola Secundária de Palmela	20 000,00 €	25 135,25 €	25 135,25 €	25 135,25 €	95 405,75 €
Escola Secundária de Pinhal Novo	0,00 €	29 656,50 €	29 656,50 €	29 656,50 €	88 969,50 €
Total	80 000,00 €	126 560,50 €	126 560,50 €	126 560,50 €	459 681,50 €

O valor referente aos encargos com instalações será pago em tranches iguais, trimestralmente, nos meses de abril, julho e outubro.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

GABINETE DO ASSOCIATIVISMO

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DCDJ_GA 02_09-22:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui efetivamente para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas pelo movimento associativo do concelho candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação.
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes apresentados a

patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação.

Assim, **propõe-se**, ao abrigo do disposto nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico Autarquias Locais, artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, no que às associações desportivas diz respeito, que a Câmara Municipal de Palmela aprove:

1. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações culturais, no valor global de € 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos euros):

Associações Culturais	Valor Proposto em €
Associação Amigos Bairro da Confidente	750,00
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.000,00
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	1.000,00
Associação Cultural e Recreativa Inspira # Atitude	1.750,00
Associação Cultural F.O.M.E.	1.250,00
Associação das Festas de Palmela - das Vindimas	2.000,00
Associação do Círio dos Olhos de Água	500,00
Associação Musical e Cultural Clarinetes de Santiago	1.500,00
Associação Teatro Cais 21	750,00
Confraria da Sopa Caramela	1.750,00
Expoente Melodia – Associação Recreativa	750,00
Grupo Desportivo de Rio Frio	750,00
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	500,00
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	1.250,00
Grupo Folclórico Danças e Cânticos Olhos de Água	750,00
Grupo Motard Montanhão	500,00
Grupo Popular Recreativo Cabanense	1.750,00
Motoclube de Pinhal Novo	1.250,00
Ordemetórica - Associação Cultural	500,00
Pal'Artes - Associação Cultural para o Desenvolvimento do Concelho	500,00
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.250,00
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	750,00
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	750,00
SFUA - Sociedade Filarmónica União Agrícola	2.500,00
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio - Asseiceira	750,00
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	2.750,00
Sociedade Instrução Musical	2.250,00
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.000,00
Sociedade Recreio e Desporto da Lagoinha	750,00
Total	35.500,00

2. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações culturais, no valor global de € 37.479,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e setenta e nove euros);

Associações Culturais	Valor Proposto em €
Acção Teatral Artimanha	1.160,00
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	3.000,00
Associação Clarinetes de Santiago	2.792,00
Associação Cultural e Recreativa Inspira # Atitude	2.800,00
Associação das Festas das Vindimas	874,00
Associação Teatro Cais 21	185,00
Associação Teatro Sem Dono	2.338,00
Bardoadas - Grupo do Sarrafo	1.680,00
Confraria da Sopa Caramela	54,00
Ensaíarte	360,00
Expoente Melodia	526,00
Grupo Coral Ausentes Alentejo	573,00
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	632,00
Grupo Popular Recreativo Cabanense	3.000,00
Moto Clube de Palmela	1.200,00
Motoclube de Pinhal Novo	3.000,00
Passos e Compassos	810,00
PIA - Projectos de Intervenção Artística	2.044,00
SFUA - Sociedade Filarmónica União Agrícola	573,00
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio	296,00
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	3.000,00
Sociedade Instrução Musical	3.000,00
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.800,00
Teatro dos Barris - Associação	782,00
Total	37.479,00

3. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações culturais, no valor global de 7.224,00 (sete mil duzentos e vinte e quatro euros);

Associações Culturais	Valor Proposto em €
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	218,00
Grupo Desportivo de Rio Frio	3.000,00
Grupo Popular Recreativo Cabanense	2.542,00
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	835,00
Sociedade Instrução Musical	940,00
Total	7.224,00

4. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações desportivas, no valor global de € 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta euros), bem como as minutas dos contrato-programa (em anexo):

Associações Desportivas	Valor Proposto em €
Associação Académica Pinhalnovense	1.000,00
Associação Desportiva Bike&Nutrition	1.000,00
Associação Desportiva Palmelense	1.000,00
Associação de Jovens Os Caramelos	1.000,00
Botafogo Futebol Clube	1.500,00
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	750,00
Clube Desportivo Pinhalnovense	2.500,00
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	1.250,00
Clube Pesca de Kayak	500,00
Crucial Simplicity Associação Desportiva	1.500,00
Clube Target Renegade	750,00
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	1.500,00
Grupo Desportivo das Lagameças	1.750,00
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	500,00
Parmelense Futebol Clube	2.750,00
Quintajense Futebol Clube	2.000,00
Total	21.250,00

5. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações desportivas, no valor global de € 11.064,00 (onze mil e sessenta e quatro euros), bem como as minutas dos contrato-programa (em anexo);

Associações Desportivas	Valor Proposto em €
Associação Académica Pinhalnovense	242,00
Associação Desportiva Palmelense	1.292,00
Botafogo Futebol Clube	438,00
BTTascaduxico – Associação Desportiva e Cultural	182,00
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	3.789,00
Crucial Simplicity Associação Desportiva	2.020,00
Grupo Desportivo das Lagameças	3.101,00
Total	11.064,00

6. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações desportiva, no valor global de € 5.551,00 (cinco mil quinhentos e cinquenta e um euros), bem como as minutas dos contrato-programa (em anexo);

Associações Desportivas	Valor Proposto em €
Botafogo Futebol Clube	1.753,00
Clube Portais da Arrábida	1.798,00
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	2.000,00
Total	5.551,00

7. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações juvenis, no valor global de no valor global de € 6.000,00 (seis mil euros);

Associações Juvenis	Valor Proposto em €
Associação Juvenil COI	900,00
Agrupamento 1269 de Poceirão do Corpo Nacional de Escutas	500,00
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	500,00
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	500,00
Associação de Jovens "Os Caramelos"	600,00
Associação Juvenil "Os Indiferentes"	750,00
Associação Juvenil ODISSEIA	1.350,00
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	900,00
Total	6.000,00

8. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações juvenis, € 3.145,00 (três mil, cento e quarenta e cinco euros);

Associações Juvenis	Valor Proposto em €
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	1.000,00
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	240,00
Associação de Jovens "Os Caramelos"	600,00
Associação Juvenil "Os Indiferentes"	215,00
Associação Juvenil ADONIA	170,00
Associação Juvenil ODISSEIA	540,00
Grupo 40 de Palmela da Associação de Escoteiros de Portugal	380,00
TOTAIS	3.145,00

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum/a dos/as Municípios presentes quer usar da palavra.

Não há intervenções.

. **Comemorações no âmbito do 25 de Abril** – O **Sr. Presidente** refere que dado o adiantado da hora acredita que todos estão esfomeados, agradece a participação e a presença de todos esperando a todos ver nas comemorações do 25 de Abril.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das catorze horas e vinte e oito minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco